



A Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ torna público o Edital de Abertura de Inscrições para o Concurso Público nº 004/2023 visando ao provimento de cargo público de **Aluno Guarda**, regido pelo Regime Jurídico Estatutário instituído pela Lei Complementar Municipal nº 135/2012 e alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 179/2016 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ), em consonância com a Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 e suas alterações, o qual se processará de acordo com as instruções constantes neste **Edital de Abertura de Inscrições** e na legislação suplementar concernente à matéria.

1. DOS CARGOS E INFORMAÇÕES BÁSICAS COMPLEMENTARES

1.1. Os cargos, a quantidade de vagas, a carga horária de trabalho, a remuneração básica, os requisitos mínimos, o valor da inscrição e demais vantagens e benefícios correspondentes, são os seguintes:

CARGO	Nº de VAGAS ⁽²⁾	CARGA HORÁRIA ⁽³⁾	REMUNERAÇÃO BÁSICA ^{(4) (5)}	REQUISITOS	VALOR da INSCRIÇÃO
Aluno Guarda ⁽¹⁾	C.R.	12 x 36 12 x 24 ¹ e 12 x 48	R\$ 2.549,37	Ensino médio completo e CNH – AB.	R\$ 11,00

(1) O candidato classificado, por ocasião do ingresso na Instituição, iniciará como Aluno Guarda, sendo incorporado nas devidas condições do estágio probatório e passará a frequentar o curso de formação, com duração mínima de 600 (seiscentas) horas, no qual será constantemente avaliado e necessitará de, no mínimo, nota 05 (cinco) de aproveitamento para sua aprovação (art. 41 da Lei Complementar nº 179/2016). Dar-se-á o acesso para o cargo de Guarda Civil Municipal de 3ª classe ao Aluno Guarda que concluir com aproveitamento o curso de formação e comportamento adequado para tal.

(2) C. R. (Cadastro de Reserva) significa que a Guarda Municipal convocará os candidatos conforme surgirem as vagas durante o período de vigência do concurso público, conforme as necessidades de serviço. A composição do efetivo feminino da Guarda Civil Municipal de Porto Feliz fica limitada ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo dos cargos públicos de Guarda Civil Municipal. (art. 5º da Lei Complementar nº 179/2016).

(3) Regime de trabalho em prontidões de ~~12x36~~ 12x24, ou seja, 12 (doze) horas de trabalho por ~~36 (trinta e seis)~~ 24 (vinte e quatro) horas de descanso e 12x48, ou seja, 12 (doze) horas de trabalho por 48 (quarenta e oito) horas de descanso.

(4) Durante o período do Curso Específico de Formação, o candidato devidamente matriculado fará jus à importância mensal correspondente de R\$ 1.691,67, a título de bolsa de estudo e treinamento.

(5) Vale-alimentação no importe de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), nos termos da Lei Municipal nº 5885/2023.

1.2. O candidato ao cargo público efetivo de **Aluno Guarda**, além dos requisitos constitucionais e legais pertinentes, deverá atender às seguintes exigências:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - Ter no mínimo 18 e no máximo 40 anos a data da **posse inscrição**²;

III - Possuir altura mínima de 1,65 metros para homens e 1,60 metros para mulheres;

IV - Possuir como grau de escolaridade o **ensino médio completo** reconhecido pelo Ministério da Educação - (MEC) ou órgão delegado;

V- Estar no exercício dos direitos civis e políticos, bem como quite com as obrigações militares e eleitorais;

VI - Gozar de boa saúde física, mental e psicológica;

VII - Ter sido considerado apto para exame admissional com perfil para Guarda Civil Municipal, e para o porte de armas de fogo em avaliação psicológica realizada por profissional credenciado pela Polícia Federal, conforme a legislação em vigor;

VIII - Não registrar antecedentes criminais de qualquer natureza, comprovado por meio da apresentação de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelos órgãos competentes das esferas Estadual, Federal e Distrital;

IX - Não estar sendo processado nem ter sofrido penalidades por prática de atos incompatíveis com o exercício de atribuições como Guarda Civil Municipal;

X - Possuir idoneidade moral e conduta pessoal ilibada, compatível com o cargo de Guarda Civil Municipal e que será comprovada por meio de investigação social;

XI - Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categorias A e B ou superior, em plena validade;

XII - Autorizar a coleta de material para exames de detecção de uso de drogas, os quais serão providenciados pelo próprio candidato;

¹ 09/11/2023 – Corrigido a carga horária para 12x24 e 12x48h.

² 09/11/2023 – Retificado o item 1.2 - II - Ter no mínimo 18 e no máximo 40 anos de idade na data da INSCRIÇÃO em consonância com a Lei Complementar nº 179/2016.



XIII - Ser aprovado em todas as fases do concurso público, na forma deste Estatuto e do Edital, bem como, ter sido classificado dentro do número de vagas estabelecido;

1.3. O Concurso Público nº 004/2023 terá validade de **2 anos**, podendo ser prorrogável, uma vez, por igual período.

1.4. Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ poderá, durante a vigência do concurso público, convocar candidatos da lista de classificados, de acordo com suas necessidades:

- a) para provimento das vagas remanescentes já existentes para os referidos cargos no Quadro da Prefeitura Municipal;
- b) para provimento de vagas que venham a serem criadas para os respectivos cargos no Quadro da Prefeitura Municipal.

1.5. As competências gerais e específicas do cargo encontram-se descritas no **ANEXO I** deste edital.

1.6. O atendimento dos requisitos para investidura será analisado pelo **Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ** por ocasião da convocação para a nomeação.

1.7. O candidato investido no cargo público somente adquirirá estabilidade após estágio probatório de 3 anos de efetivo exercício, podendo ser exonerado na ocorrência de uma das hipóteses de que trata o art. 41, § 1º, da Constituição Federal, observada a normatização municipal a respeito da matéria.

2. DAS INSCRIÇÕES

~~2.1. As inscrições serão efetuadas no período de **30 de SETEMBRO a 25 de OUTUBRO de 2023 (até as 21h00)**, exclusivamente através do site www.publicconsult.com.br.~~

2.1. As inscrições serão efetuadas no período de **09 a 14 de NOVEMBRO de 2023 (até as 21h00)**, exclusivamente através do site www.publicconsult.com.br³.

2.2. Para se inscrever, o interessado deverá acessar o **PAINEL DO CANDIDATO**, selecionar a guia **JÁ SOU CADASTRADO** ou **QUERO ME CADASTRAR** - neste último caso, deverá preencher os campos relativos ao **CADASTRAMENTO** no *site*. Em seguida, deverá selecionar na guia **INSCRIÇÕES ABERTAS**, o **Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, escolher o **CARGO** para o qual deseja se inscrever, preencher corretamente os campos relativos ao formulário de **INSCRIÇÃO** e após finalizado o preenchimento dos dados, clicar na guia **GERAR BOLETO** para visualizar ou imprimir o boleto referente ao pagamento da inscrição.

2.3. O pagamento do boleto de inscrição deverá ser efetuado até ~~26 de OUTUBRO de 2023~~ **14 de NOVEMBRO de 2023**⁴ em qualquer agência bancária (até as 16 horas), através de internet banking (até as 22 horas), ou em estabelecimento autorizado a receber pagamento de documentos de compensação bancária (casas lotéricas, correios etc.), respeitado o horário de atendimento dos mesmos. É vedada a devolução do valor de inscrição ou a sua transferência para terceiros.

2.4. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do formulário de inscrição. Em caso de dúvida para efetivar a inscrição, o candidato poderá entrar em contato clicando no ícone **"Fale Conosco – Suporte ao Candidato"** do *site* www.publicconsult.com.br.

2.5. O **deferimento da inscrição** estará condicionado ao correto preenchimento do requerimento de inscrição e ao pagamento e compensação do valor da inscrição. Não será aceito pagamento da inscrição por outros meios que não o pagamento do boleto bancário emitido especificamente para cada inscrição, nem pagamentos condicionais ou efetuados fora do prazo de vencimento do boleto. Serão indeferidas as inscrições cujos pagamentos não venham a ser compensados, por qualquer motivo (erro de digitação do candidato em pagamento efetuado por *internet banking*, erro de processamento ou falta de cumprimento da transferência no banco de origem do pagamento, pagamento efetuado fora do prazo etc.).

2.6. Encerrado o prazo das inscrições, será disponibilizado, nos *sites* www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br, o **EDITAL DE DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES**, contendo os **Anexos**:

- a) **Inscrições Deferidas – Geral**;
- b) **Inscrições Deferidas – Candidatos Afrodescendentes ou Indígenas**;
- c) **Inscrições Deferidas – Candidatos com Deficiência**;
- d) **Inscrições Indeferidas** (candidatos que tiveram as inscrições indeferidas por não efetuarem o pagamento da inscrição ou por outro motivo especificado).

³ 09/11/2023 – Reaberto o prazo de inscrições para 09 a 14 de novembro de 2023.

⁴ 09/11/2023 – Alterado o prazo final de pagamento do boleto de inscrição para 14 de novembro de 2023.



2.7. Cabe ao candidato verificar no **EDITAL DE DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES** se a sua inscrição foi confirmada, e caso não tenha sido, poderá, dentro do prazo estabelecido no **item 15.1** do Edital, impetrar **recurso administrativo**, apresentando suas alegações e documentação comprobatória de pagamento, se for o caso. Uma vez confirmada a inscrição e o pagamento, o seu nome passará a constar no **EDITAL DE DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES – RETIFICADO** e conseqüentemente do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, retificado se for o caso, na forma do **item 7.3** deste Edital. **Caso o candidato não entre com recurso contra inscrição e seu nome não conste do Edital de Convocação, NÃO poderá realizar a prova**, não havendo alocação de candidatos em sala cujo nome não conste no referido Edital.

2.8. Amparados pelas **leis municipais nº 5.599/2018, 5.633/2019 e 5.795/2021** candidatos que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, candidatos transplantados e doadores de rins e candidatos cadastrados no Registro Nacional de Medula Óssea, poderão requerer a isenção da taxa de inscrição, obedecendo aos seguintes procedimentos:

2.9. O candidato que se enquadre em uma das situações descritas no item anterior e que quiser requerer a isenção da taxa de inscrição do concurso público **deverá efetuar normalmente sua inscrição no site www.publicconsult.com.br, na forma estabelecida no item 2.2 deste Edital**, deixando apenas de efetuar o pagamento do boleto bancário.

2.9.1. A seguir, deverá preencher corretamente o formulário constante do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, juntando os seguintes documentos:

I - No caso de candidato inscrito Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico:

- a) original e cópia do RG e CPF;
- b) comprovante de residência no município de Porto Feliz (original e cópia da conta de água, luz, telefone ou IPTU em nome do candidato); no caso de comprovante de endereço em nome dos pais ou dos filhos, além do original e cópia do comprovante de residência, deverá apresentar original e cópia da certidão de nascimento; no caso de comprovante de endereço em nome do cônjuge, apresentar original e cópia da certidão de casamento; no caso de comprovante de endereço em nome de irmão, apresentar original e cópia da certidão de nascimento de ambos; se o candidato residir com outra pessoa que não as anteriormente indicadas e o comprovante de residência estiver em nome de outra pessoa, o candidato deverá apresentar junto com o original e cópia do comprovante de residência uma declaração com firma reconhecida em cartório, do candidato e do portador do comprovante de residência, atestando sua residência.
- c) original e cópia da carteira de cadastramento no CadÚnico, com identificação do Número de Identificação Social – NIS
- d) declaração fornecida pelo órgão gestor municipal do CadÚnico que o cadastro da família está atualizado há menos de 24 meses e que a renda per capita declarada e constante no CadÚnico é igual ou menor do que meio salário-mínimo per capita.
- e) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

II - No caso de candidatos transplantados e doadores de rins:

- a) original e cópia do RG e CPF;
- b) Comprovação do transplante ou da doação através da apresentação de atestado ou de laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, devidamente autenticado, que comprove que o candidato efetuou o referido transplante ou doação há não mais que 06 (seis) anos.
- c) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

III - No caso de candidato cadastrado no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea:

- a) cópia do RG e CPF;
- b) comprovação da doação de medula óssea através de atestado ou laudo médico, contendo declaração subscrita por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina, realizada há não mais que 12 meses.
- c) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

2.9.2. O "**Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**", nos moldes do **Anexo III** deste Edital, **juntamente com a documentação comprobatória de que atende às condições estabelecidas em lei**, discriminada nos itens anteriores, deverá ser enviado até o dia ~~13 de OUTUBRO de 2023~~ **10 de NOVEMBRO de 2023⁵**, através da **EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**, por **SEDEX ou carta com AR (Aviso de Recebimento)**, seguindo o modelo do envelope abaixo:

⁵ 09/11/2023 – Alterada a data final para o envio do Requerimento de Isenção para 10 de NOVEMBRO de 2023.



DESTINATÁRIO: PUBLICONSULT ACP Ltda.

Rua Milton Monzoni Wagner, 193 - CEP 18047-634 - Sorocaba/SP

Ref.: Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição – Concurso Público nº 004/2023 – Prefeitura de PORTO FELIZ

Nome completo: (preencher) / Nº de Inscrição: (preencher) / Cargo pretendido: (preencher)

2.9.3. Não serão considerados pedidos de isenção de pagamento do valor de inscrição solicitados fora do prazo e da forma estabelecida no item anterior; também não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após o período de inscrição.

2.9.4. Caso o candidato utilize outro meio que não o estabelecido neste Edital terá indeferido seu requerimento de isenção da taxa de inscrição.

2.9.5. Todas as informações prestadas no **Anexo III - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição** e nas declarações firmadas são de inteira responsabilidade do candidato, assim como a idoneidade dos documentos encaminhados, tornando-se nulos todos os atos delas decorrentes em caso de irregularidade constatada, além de sujeitar o candidato às penalidades previstas em lei.

2.9.6. As informações prestadas e a documentação juntada serão objeto de análise e eventual diligência por parte da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ e/ou da empresa organizadora do certame.

2.9.7. O candidato deverá, a partir do dia ~~11 de OUTUBRO de 2023~~ **13 de NOVEMBRO de 2023⁶**, verificar no [site www.publiconsult.com.br](http://www.publiconsult.com.br) o resultado do requerimento da isenção da taxa de inscrição.

2.9.8. O candidato que tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido terá automaticamente sua inscrição efetivada, não havendo necessidade de qualquer outro procedimento.

2.9.9. O candidato que tiver o requerimento de isenção de pagamento do valor de inscrição indeferido, deverá acessar o **PAINEL DO CANDIDATO** no [site www.publiconsult.com.br](http://www.publiconsult.com.br), selecionar o **Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, clicar na guia **GERAR 2ª VIA DO BOLETO** e efetuar o pagamento do boleto bancário referente ao valor da inscrição até ~~26 de OUTUBRO de 2023~~ **14 de NOVEMBRO de 2023⁷**, devendo observar o disposto no **item 2.2** e seus subitens.

2.9.10. **Será eliminado do concurso público** o candidato que usar de má-fé na apresentação dos documentos comprobatórios para a isenção, e se a comprovação mencionada ocorrer após a nomeação ao cargo público, a Administração Pública adotará as providências que julgar necessárias, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3. DOS CANDIDATOS AFRODESCENDENTES OU INDÍGENAS

3.1. Aos candidatos afrodescendente e indígenas ficam reservadas **20% (vinte por cento) das vagas a serem providas em cada cargo** na forma da lei 4993/2011. Para os efeitos desta Lei será considerado afrodescendente ou indígena o candidato que assim se declare no momento da inscrição.

3.2. O candidato afrodescendente ou indígena que deseje se habilitar a concorrer às vagas deste **concurso público** deverá efetuar sua inscrição na forma determinada no **item 2.2**, declarando ser pessoa afrodescendente ou indígena nos campos específicos do formulário de inscrição, a seguir, deverá preencher corretamente o formulário constante do **ANEXO IV – Autodeclaração Étnico-Racial**, após, deverá **remeter através da EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por SEDEX ou carta com AR (Aviso de Recebimento), até o dia ~~18 de OUTUBRO de 2023~~ 13 de NOVEMBRO de 2023⁸**, seguindo o modelo do envelope abaixo:

DESTINATÁRIO: PUBLICONSULT ACP Ltda.

Rua Milton Monzoni Wagner, 193 - CEP 18047-634 - Sorocaba/SP

Ref.: Candidato Afrodescendente ou Indígena – Concurso Público nº 004/2023 – Prefeitura de PORTO FELIZ

Nome completo: (preencher) / Nº de Inscrição: (preencher) / Cargo pretendido: (preencher)

3.3. Será indeferido o pedido de inscrição do candidato afrodescendente ou indígena que não observar os procedimentos e prazos estabelecidos neste edital, valendo como comprovação de envio no prazo, a data de postagem nos Correios. Também não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após o período de inscrição.

3.4. O candidato afrodescendente ou indígena que tiver o pedido de inscrição indeferido ainda poderá participar do **concurso público**, desde que efetue o pagamento da inscrição, porém não concorrerá na condição de pessoa afrodescendente ou indígena, não podendo, posteriormente, alegar tal condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste edital.

⁶ 09/11/2023 – Alterada a data de divulgação do Resultado do requerimento de isenção para 13 de NOVEMBRO de 2023.

⁷ 09/11/2023 – Alterada a data final para o pagamento do boleto de isenções indeferidas para 14 de NOVEMBRO de 2023.

⁸ 09/11/2023 – Alterada a data final do envio da Autodeclaração Étnico-Racial via correio para 13 de NOVEMBRO de 2023.



3.5. O candidato afrodescendente ou indígena que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua inscrição. O candidato que declarar falsamente a condição étnico-racial será excluído do **concurso público**, se confirmada tal ocorrência em qualquer fase deste certame, sujeitando-se às consequências legais pertinentes à matéria

3.6. A nomeação dos candidatos afrodescendentes ou indígenas se dará de acordo com a ordem de classificação geral do **concurso público**, sendo que a cada fração de 5 candidatos nomeados, a 5ª vaga será destinada a candidato afrodescendente ou indígena, obedecida a respectiva ordem de classificação. Na ocorrência de desistência da vaga por candidatos afrodescendentes ou indígena classificado, a respectiva vaga será preenchida por outro candidato afrodescendente ou indígena, respeitada a ordem de classificação da lista específica. Esgotadas as nomeações dos candidatos afrodescendentes ou indígenas classificados, as vagas remanescentes serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso público, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

3.7. Os candidatos destinatários da reserva de vagas a afrodescendentes ou indígenas sempre concorrerão à totalidade das vagas existentes, sendo vedado restringir-lhes o acesso aos cargos ou empregos objeto do certame às vagas reservadas.

3.8. Detectada a falsidade da declaração a que se refere o art. 1º, § 5º, da lei 4993/2011, será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis

3.9. Exceto no que concerne às disposições supra referidas, o candidato afrodescendente ou indígena participará deste **concurso público** em igualdade de condições com os demais candidatos, em especial no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, à pontuação exigida para classificação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para a classificação.

4. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos com deficiência, assim considerados aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 (e suas alterações), serão destinadas **5% das vagas a serem providas em cada cargo**, exceto se o mesmo exigir aptidão plena do candidato ou se suas atribuições forem incompatíveis com a deficiência apresentada pelo candidato.

4.2. O candidato com deficiência que deseje se habilitar a concorrer às vagas deste **concurso público** deverá efetuar sua inscrição na forma determinada no **item 2.2**, declarando ser pessoa com deficiência e especificando o **código da CID (Classificação Internacional da Doença)** nos campos específicos do formulário de inscrição. Após, deverá **remeter através da EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por SEDEX ou carta com AR (Aviso de Recebimento), LAUDO MÉDICO, expedido no máximo até 1 ano antes da abertura do período de inscrições**, atestando a espécie, o grau e o nível da deficiência, **com expressa referência ao código da CID correspondente, até o dia 18 de OUTUBRO de 2023 13 de NOVEMBRO de 2023⁹**, seguindo o modelo do envelope abaixo:

DESTINATÁRIO: PUBLICONSULT ACP Ltda.

Rua Milton Monzoni Wagner, 193 - CEP 18047-634 - Sorocaba/SP

Ref.: Candidato com Deficiência - Laudo Médico – Concurso Público nº 004/2023 – Prefeitura de PORTO FELIZ

Nome completo: (preencher) / Nº de Inscrição: (preencher) / Cargo: (preencher)

4.3. Será indeferido o pedido de inscrição do candidato com deficiência que não observar os procedimentos e prazos estabelecidos neste edital, valendo como comprovação de envio no prazo, a data de postagem nos Correios. Também não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após o período de inscrição.

4.4. O candidato com deficiência que tiver o pedido de inscrição indeferido ainda poderá participar do **concurso público**, desde que efetue o pagamento da inscrição, porém não concorrerá na condição de pessoa com deficiência, não podendo, posteriormente, alegar tal condição para reivindicar as prerrogativas constantes neste edital.

4.5. O candidato com deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua inscrição. O candidato que declarar falsamente a deficiência será excluído do **concurso público**, se confirmada tal ocorrência em qualquer fase deste certame, sujeitando-se às consequências legais pertinentes à matéria

⁹ 09/11/2023 – Alterada a data final de envio do Laudo Médico via correio para 13 de NOVEMBRO de 2023.



4.6. A nomeação dos candidatos portadores de deficiência se dará de acordo com a ordem de classificação do **concurso público**, sendo que a cada fração de 20 candidatos nomeados, a 20ª vaga será destinada a candidato portador de deficiência, obedecida a respectiva ordem de classificação. Na ocorrência de desistência da vaga por candidato com deficiência classificado, a respectiva vaga será preenchida por outro candidato com deficiência, respeitada a ordem de classificação da lista específica. Esgotadas as nomeações dos candidatos com deficiência classificados, as vagas remanescentes serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso público, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

4.7. O candidato com deficiência, **por ocasião da convocação para nomeação**, será submetido à perícia médica a fim de verificar a compatibilidade da sua deficiência com o exercício das atribuições do **cargo/emprego/função**, devendo apresentar na ocasião eventuais laudos e exames que comprovem a deficiência. Caso se verifique a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades a serem exercidas, **perderá o direito à nomeação**.

4.8. Exceto no que concerne às disposições supra referidas, o candidato com deficiência participará deste **concurso público** em igualdade de condições com os demais candidatos, em especial no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, à pontuação exigida para classificação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para a classificação.

5. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1. O candidato que necessitar de **prova especial ou tratamento diferenciado no dia da realização da Prova Objetiva** (tempo adicional para realização, fonte ampliada, prova em Braille, intérprete de LIBRAS, ledor, sala com condições especiais de uso ou acesso etc.) **deverá declarar e especificar estas necessidades nos campos específicos do formulário de inscrição, ao efetuar seu cadastramento e/ou inscrição no site para o referido concurso público.**

5.2. O candidato com **deficiência visual** deverá especificar, no **formulário de inscrição**, o pedido de confecção de **prova em Braille, prova ampliada ou ledor**, conforme sua necessidade. Os candidatos que optarem por realizar a **prova em Braille** deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação da prova, **reglete e punção**, podendo ainda utilizar-se de **soroban**. Aos **deficientes visuais amblíopes** será oferecida prova ampliada (**fonte Arial – 24**).

5.3. O candidato com **deficiência auditiva** deverá especificar, no **formulário de inscrição**, se necessitará de intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais ou autorização para utilização de aparelho auricular. Caso o candidato use aparelho auditivo, deverá constar essa utilização no laudo médico encaminhado na forma do **item 4.2** deste Edital.

5.4. O candidato com **deficiência ou restrição física temporária** deverá especificar, no **formulário de inscrição**, se necessitará de mobiliário adaptado ou de auxílio no manuseio da prova e transcrição de respostas.

5.5. O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** deverá especificar, no **formulário de inscrição**, que necessitará de **tempo adicional de até 1 hora** para realização da prova, além de encaminhar, na forma do **item 4.2** deste Edital, **laudo médico ou parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, expedido no máximo até 1 ano antes da abertura do período de inscrições**, devidamente assinado sobre carimbo indicando o número da inscrição do profissional no conselho profissional equivalente, justificando essa necessidade.

5.6. **O candidato que não solicitar a prova especial ou condições especiais para sua realização até o final do período de inscrições, na forma no item 5.1, não terá direito a realizar a prova adaptada às suas condições, reservando-se o direito de realizar a prova regular aplicada aos demais candidatos, independente do motivo alegado.**

6. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. O Concurso Público consistirá das seguintes **fases de seleção**:

6.1.1. **1ª FASE, composta por:**

6.1.1.1. **PROVA OBJETIVA**, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos inscritos.

6.1.1.2. **TESTE DE APTIDÃO FÍSICA** de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicado somente aos candidatos aprovados na Prova Objetiva, classificados até a 200ª (ducentésima) colocação para o sexo masculino e até a 20ª (vigésima) colocação para o sexo feminino (inclusive candidatos empatados na classificação de corte e portadores de deficiência, se houver).

6.1.2. **2ª FASE, de caráter eliminatória, a ser aplicada aos candidatos aprovados na 1ª Fase e convocados na estrita ordem de classificação e em quantidade suficiente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ, e será composta por:**

6.1.2.1. **INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL E AFERIÇÃO BIOMÉTRICA** (incluindo a apresentação dos laudos dos exames toxicológico, psicológico e psicotécnico para porte de arma, laboratoriais complementares e a tomada da medida da altura dos candidatos convocados), de caráter eliminatório.

6.1.2.2. **PESQUISA SOCIAL**, de caráter eliminatório.



6.1.3. 3ª FASE será composta por CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL, de caráter eliminatório, direcionado aos **candidatos remanescentes aprovados em todas as fases anteriores**, convocados na estrita ordem de classificação e **em quantidade suficiente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**.

6.1.4. O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, A INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL E AFERIÇÃO BIOMÉTRICA e a PESQUISA SOCIAL serão aplicados diretamente pela Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ, que se responsabilizará pelos seus resultados.

7. DA DATA E HORÁRIO ESTIMADOS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1. A **Prova Objetiva** será realizada no município de **PORTO FELIZ/SP** com data prevista para o dia **19 de NOVENBRO de 2023**, às **09h00**.

7.1. A **Prova Objetiva** será realizada no município de **PORTO FELIZ/SP** com data prevista para o dia **26 de NOVENBRO de 2023**, às **09h00¹⁰**.

7.2. A data prevista poderá ser alterada em virtude da quantidade de inscritos, da disponibilidade de locais para a realização das provas e de outros fatores supervenientes.

7.3. A **confirmação oficial acerca da data, horário e local de realização da Prova Objetiva** constarão do respectivo **Edital de Convocação**, que será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br e publicado de forma resumida no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

7.4. Será de **responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das informações acerca da data, horário e local de aplicação da prova**. Os candidatos que informarem endereço eletrônico (*e-mail*) por ocasião das inscrições serão também comunicados por este meio, não se responsabilizando a empresa organizadora pelo não recebimento do correio eletrônico em virtude de bloqueios de antivírus, firewall, spam ou outros problemas relacionados a configurações de computadores ao funcionamento da internet.

8. DA PROVA OBJETIVA

8.1. A **Prova Objetiva**, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário ao exercício do cargo público. Essa prova será composta de **35 questões de múltipla escolha**, elaboradas com base no **ANEXO II - Conteúdo Programático** deste Edital, **distribuídas e pontuadas da seguinte forma**:

DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS POR DISCIPLINA	TOTAL
Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	10	0,40	4,0	10,00
Matemática e Raciocínio Lógico Quantitativo	5	0,20	1,0	
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,10	0,5	
Noções de Informática	5	0,20	1,0	
Conhecimentos Específicos	10	0,35	3,5	

8.2. A **bibliografia referencial** indicada no **ANEXO II – Conteúdo Programático** servirá como base para a elaboração das questões da **Prova Objetiva** e como parâmetro preponderante para dirimir eventuais recursos, não se atendo, no entanto, a elaboração das questões à bibliografia indicada. Eventuais *links* de sites e portais de acesso à bibliografia referencial através da *internet* são indicados como mera forma de auxiliar o candidato, não se responsabilizando a empresa organizadora por eventuais alterações, exclusões ou dificuldades de acesso, devendo neste caso o candidato pesquisar outras formas de acesso à bibliografia referencial.

8.3. Na data determinada para a realização das provas os candidatos deverão se apresentar nos locais indicados, sendo aconselhável uma antecedência de **1 hora** do horário determinado para o início das mesmas. **Os portões serão fechados impreterivelmente no horário indicado para início das provas**, indicado no **item 6.1** deste Edital ou no **Edital de Convocação para as Provas**, prevalecendo este último em caso de alteração dos horários por motivos supervenientes. Não serão admitidos nos locais de aplicação das provas, **em nenhuma hipótese**, os candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para o fechamento dos portões e início das provas.

8.4. O ingresso ao local da prova será permitido apenas aos candidatos que estiverem munidos de caneta esferográfica azul ou preta e de **documento de identidade original com foto**, **não sendo admitido no recinto de realização da prova o candidato que não o estiver portando**. Não serão aceitos: cópia de documento de identidade, ainda que autenticada; protocolo; boletim

¹⁰ 09/11/2023 – Alterada a data de aplicação da Prova Objetiva para 26 de NOVENBRO de 2023.



de ocorrência; documentos com dados ou foto rasurada que não permitam identificar o portador; documentos com foto de criança; ou quaisquer outros documentos não relacionados. Entende-se por **documento de identidade original com foto**:

- a) Cédula de Identidade (RG) expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores etc.;
- b) Cédula de Identidade para Estrangeiros;
- c) Cédula de Identidade fornecida por órgão ou conselhos de classe que, por força de Lei Federal, valham como documento de identidade (OAB, CRM, CREA, CRC etc.);
- d) Certificado de Reservista;
- e) Passaporte;
- f) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- g) Carteira Nacional de Habilitação na forma do Código de Trânsito Brasileiro;
- h) Documentos digitais com foto (CNH Digital, e-Título, DNI, etc.) - só serão aceitos caso consigam ser validados no ato pelos meios disponibilizados para autenticação (aplicativo Vio do SERPRO, [site www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), etc.), não se responsabilizando a empresa pela impossibilidade de validação em virtude de o *site* estar *off-line*, por falhas nos gestores dos aplicativos ou por falta de sinal da *internet*.

8.5. Não será admitido ou alocado em sala no dia da realização da Prova Objetiva o candidato cujo nome não conste no Edital de Deferimento de Inscrições, haja vista ter sido disponibilizado prazo hábil, na forma de recurso administrativo, para eventual resolução de pendências relativas à inscrição ou ao pagamento do boleto de inscrição, na forma do **item 2.7** deste Edital.

8.6. Ao ingressar no local designado para a realização da prova, o candidato deverá **assinar a Lista de Presença** que lhe será apresentada. Eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade e data de nascimento deverão ser comunicados ao **Fiscal de Prova** para correção, o qual lavrará as alterações na **Ata da Prova**. **O candidato que não assinar a Lista de Presença ou não apresentar a documentação requerida não poderá realizar a prova e consequentemente será desclassificado.**

8.7. A duração da prova será de **3 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas. O candidato somente poderá entregar a prova depois de **1 hora** do seu início.

8.8. A inviolabilidade das provas será comprovada no local de sua realização, sendo escolhidos dois candidatos, no mínimo, para rompimento do lacre dos malotes, e um candidato por sala, no mínimo, para rompimento do lacre dos envelopes das provas, os quais lavrarão declaração neste sentido nos respectivos termos e atas.

8.9. Ao receber o **Caderno de Questões**, o candidato deverá efetuar sua conferência antes de começar a resolução, verificando no cabeçalho se todas as folhas correspondem ao **cargo** para o qual se inscreveu; a seguir deverá verificar se o mesmo possui **35 questões** de múltipla escolha; por fim, o candidato deverá verificar se não há falha de impressão que prejudique a leitura do texto, gráficos ou ilustrações. Caso o caderno de questões esteja incompleto ou possuir qualquer defeito, ou a prova não seja referente ao **cargo** para o qual se inscreveu, o candidato deverá solicitar ao Fiscal da Prova que o substitua, **não cabendo reclamações posteriores neste sentido.**

8.10. O candidato deverá, ao receber o **cartão de respostas**, **efetuar a conferência dos seus dados impressos**. Havendo divergência, deverá solicitar a substituição ao **Fiscal de Prova**, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. **O candidato que utilizar o Cartão de Respostas de outro candidato será desclassificado.**

8.11. O candidato deverá utilizar o **rascunho do cartão de respostas no verso da página de instruções do Caderno de Questões** para assinalar as suas respostas antes de transcrevê-las para o **cartão de respostas** de forma definitiva.

8.12. As questões da **Prova Objetiva** deverão ser respondidas no **cartão de respostas**, preenchendo-se totalmente o campo indicativo da letra correspondente à opção de resposta escolhida com caneta esferográfica azul ou preta. O **Cartão de Respostas** somente terá validade se estiver assinado pelo candidato no campo e não poderá ser rasurado, amassado ou perfurado, caso contrário, as respostas serão anuladas.

8.13. O candidato **deverá entregar**, ao final da prova, o **Caderno de Questões**, juntamente com o **cartão de respostas**, levando consigo o **rascunho do cartão de respostas** para efetuar a conferência com o **Gabarito da Prova Objetiva**. O candidato que, ao final da prova, não entregar o **Caderno de Questões** ou o **Cartão de Respostas devidamente assinado**, será **DESCLASSIFICADO**.

8.14. Durante a realização da prova:

- a) não será admitida a permanência de candidatos sem camisa, camiseta ou similar, nem a utilização de óculos escuros, bonés, chapéus e similares;



- b) não será permitida nenhuma espécie de comunicação entre os candidatos, ou mesmo manifestações isoladas, exceto para chamar o **Fiscal de Prova** quando necessário;
- c) não será permitido o porte ou a consulta de nenhuma espécie de livro, revista, folheto ou qualquer compêndio, bem como qualquer espécie de anotação ou a utilização de outros meios ilícitos para a realização da prova, inclusive tentar visualizar a prova ou o **Cartão de Respostas** de outro candidato;
- d) será permitido exclusivamente o uso de caneta esferográfica azul ou preta;
- e) **não será permitido** o uso de lápis, borracha, régua, compasso, transferidor, calculadora, notebook, tablet, telefone celular, fone de ouvido, relógio de pulso ou equipamentos similares a estes, bem como outros que, a juízo do **Fiscal de Prova**, possam ensejar prejuízos à isonomia entre os candidatos;
- f) **os telefones celulares e similares deverão ter a bateria retirada ou serem desligados (inclusive despertador), acondicionados e lacrados no invólucro de segurança que será entregue pelo Fiscal de Prova; o telefone celular, relógio ou equipamentos similares não poderão emitir qualquer sinal sonoro durante a realização da prova; se tal ocorrer, o candidato será imediatamente desclassificado e retirado da sala;**
- g) não será permitido ao candidato portar arma, fumar ou utilizar-se de bebida alcoólica ou substâncias ilegais;
- h) não será permitido ao candidato levantar-se, exceto no momento da entrega da prova; caso necessite utilizar o sanitário, deverá solicitar ao **Fiscal de Prova**, que designará um **Auxiliar de Coordenação** para acompanhá-lo, devendo durante o percurso manter-se em silêncio, podendo antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista;
- i) a candidata que estiver amamentando deverá levar acompanhante responsável pela guarda da criança, não havendo prorrogação de horário da duração da prova para a candidata nesta situação.
- j) após entregar a prova, o candidato deverá se retirar do prédio em que foi realizada, não podendo permanecer no pátio, banheiro, corredores ou qualquer área interna do recinto.

8.15. Será excluído do **concurso público e DESCLASSIFICADO** o candidato que:

- a) praticar qualquer das condutas vedadas no item anterior, sendo-lhe retirada a prova e lavrada a circunstância de sua desclassificação na **Ata de Prova**;
- b) não comparecer para a realização da prova, conforme convocação oficial, seja qual for o motivo alegado;
- c) apresentar-se fora de local, data e/ou do horário estabelecidos no Edital de Convocação;
- d) não apresentar o documento de identificação conforme previsto neste Edital;
- e) não cumprir as instruções contidas no **Caderno de Questões** ou determinadas pelo **Fiscal de Prova** ou pelo **Coordenador Geral**;
- f) não devolver ao **Fiscal de Prova**, segundo critérios estabelecidos neste Edital, o **Caderno de Questões**, o cartão de respostas ou qualquer material de aplicação e de correção das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas e/ou cadernos de questões;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) tratar com descortesia ou de forma violenta os demais candidatos ou qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova;
- j) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do **concurso público**;
- k) for constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter-se utilizado procedimentos ilícitos, sendo suas provas anuladas e automaticamente eliminado do **concurso público**.

8.16. O candidato deverá lavrar na **Ata da Prova** eventual circunstância que considere irregular em relação à aplicação das provas, sendo este o instrumento para análise e deliberação em relação ao fato, não sendo considerado posterior contestação contra os procedimentos de aplicação da prova que não tiver respaldado pela prévia lavratura em ata.

8.17. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade. Ocorrendo alguma emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A **Equipe de Coordenação** responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do **concurso público**.

8.18. Os últimos candidatos a encerrarem as provas em cada sala (em quantidade mínima de dois), deverão permanecer para atestar o fechamento do envelope contendo a documentação referente às provas, devendo:

- a) conferir a quantidade de cartões de respostas com a lista de presença;
- b) verificar se todos os campos da lista de presença estão assinados ou contém a inscrição "ausente", se for o caso;
- c) verificar se a Ata da Prova registra a quantidade correta de candidatos ausentes e presentes, bem como outras ocorrências lavradas pelo Fiscal de Prova, assinando-a em conjunto com este;
- d) assinar o verso dos cartões de respostas de todos os candidatos presentes;
- e) assinar o verso dos cartões de respostas dos candidatos ausentes, após a inutilização dos campos destinados ao registro das respostas;



f) verificar a inserção no envelope de fechamento, da lista de presença, dos cartões de respostas e da ata da prova, e assinar o lacre do envelope com o **Fiscal de Prova**.

8.18.1. O candidato que se recusar a participar dos procedimentos de lacração do envelope de sua sala, será **DECLASSIFICADO** do **concurso público**. Neste caso, o Fiscal de Prova chamará o Coordenador e/ou o Auxiliar de Coordenação para lavar o evento na Ata da Prova e executar os procedimentos de lacração do envelope.

8.19. Eventuais casos omissos, situações e circunstâncias supervenientes referentes a aplicação das provas serão dirimidas pelo **Coordenador Geral**, que é a autoridade competente *in loco* para efetuar as gestões que julgar necessárias ao bom andamento dos procedimentos.

8.20. **A partir das 20 horas do dia da aplicação das provas**, o candidato poderá consultar o **Gabarito da Prova Objetiva** e o **Caderno de Questões** no site www.publicconsult.com.br. O **gabarito** poderá ser acessado através do **Painel do Candidato**, na área de “EDITAIS E PUBLICAÇÕES” do respectivo **concurso público**. O **Caderno de Questões** poderá ser acessado através do **Painel do Candidato**, na área de “ANEXOS” do respectivo **concurso público**, e **ficará disponível para consulta exclusivamente durante o prazo de interposição de recursos**. Não serão informados resultados por telefone ou outro meio de comunicação.

8.21. **A pontuação do candidato na Prova Objetiva** será obtida através do somatório das notas obtidas em cada disciplina da prova; os pontos referentes a cada disciplina serão obtidos através da multiplicação da quantidade de respostas corretas pelo peso respectivo da disciplina, conforme o **item 8.1** deste Edital.

8.22. Será considerado **CLASSIFICADO** na **Prova Objetiva**, o candidato que obtiver no mínimo **5 pontos**.

8.23. Será **DECLASSIFICADO** na **Prova Objetiva**, o candidato:

- a) ausente;
- b) que obtiver **menos que 5 pontos**;
- c) que for excluído pelo Fiscal de Sala pelo descumprimento das disposições deste edital no dia da realização da prova;
- d) que apresentar informação ou documentação considerada pela Banca Examinadora ou pela Comissão de Acompanhamento como irregular para comprovação da inscrição, comprovação de requisitos ou identificação no dia da prova.

8.24. No caso de **EMPATE na classificação da Prova Objetiva**, será processado o **DESEMPATE** tendo preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) que obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa e Interpretação de Textos;
- b) casado, condição que deverá ser comprovada caso prevaleça o empate após a aplicação do critério precedente, mediante entrega, após notificação da Banca Examinadora, de cópia autenticada da certidão de casamento ou de declaração de união estável feita perante tabelião, sendo pré-requisito que o candidato tenha declarado esta condição por ocasião da inscrição no concurso;
- c) com idade mais elevada;
- d) vencedor de sorteio público a ser realizado pela **Comissão Fiscalizadora do Concurso Público**, caso persista o empate após a aplicação dos critérios precedentes.

8.25. O **EDITAL DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA** será divulgado nos www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br, sendo apresentado da seguinte forma:

- a) **Anexo I - Candidatos Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- b) **Anexo II - Candidatos Afrodescendentes ou Indígenas Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- c) **Anexo III - Candidatos com Deficiência Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- d) **Anexo IV - Candidatos Não Classificados**, por ordem do número de inscrição dos candidatos.

9. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

9.1. O **Teste de Aptidão Física**, de caráter **eliminatório e classificatório**, visa avaliar a capacidade física mínima requerida para o exercício das atividades a serem desempenhadas pela **Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ**, e será a ser aplicado somente aos candidatos aprovados na Prova Objetiva, classificados até a 200ª (ducentésima) colocação para o sexo masculino e até a 20ª (vigésima) colocação para o sexo feminino (inclusive candidatos empatados na classificação de corte e portadores de deficiência, se houver).

9.2. O **Teste de Aptidão Física** será realizado no município de **PORTO FELIZ/SP**, em data, local e horário constantes do respectivo **Editais de Convocação**, que será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.gov.br e publicado de forma resumida no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

9.2.1. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora, o Teste de Aptidão Física poderá ser cancelado ou interrompido, acarretando o seu adiamento para nova data, a ser oportunamente estipulada e divulgada.



9.3. Para participação no **Teste de Aptidão Física**, o candidato convocado deverá apresentar-se ao Coordenador com uma antecedência mínima de **1 hora** do horário designado para o início, portando **documento de identidade original com foto**, conforme **item 8.4** deste Edital, e **atestado** fornecido por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina que declare que o candidato está apto para a realização dos esforços físicos a serem praticados no teste, nos moldes do **ANEXO V** deste Edital.

9.3.1. O **atestado** deverá conter a identificação clara do médico, do número do seu registro no Conselho Regional de Medicina e deverá ter data de no máximo 30 (trinta) dias de antecedência à data designada para a realização do **Teste de Aptidão Física**.

9.3.2. O **atestado médico** será de **responsabilidade exclusiva do candidato**, que deverá obtê-lo junto a médicos da rede particular ou pública, não cabendo à Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ o agendamento de datas específicas para o atendimento dos candidatos junto à rede municipal de Saúde, visando à obtenção do atestado médico requerido para o concurso público.

9.3.3. O candidato que por qualquer motivo deixar de apresentar o referido atestado ou apresentá-lo fora do padrão estabelecido nos itens anteriores será impedido de realizar o **Teste de Aptidão Física**.

9.4. O candidato deve apresentar-se para o **Teste de Aptidão Física** utilizando vestuário apropriado para prática desportiva, ou seja, basicamente: calção, shorts, bermuda, calça de agasalho esportivo ou similar; camiseta; calçado do tipo tênis e, opcionalmente: meia esportiva, caneleira, joelheira, munhequeira, boné, faixa ou presilha para cabelo e outros acessórios que não interfiram no caráter isonômico de realização do teste, a juízo do Coordenador.

9.4.1. Não será permitida a utilização de sapatilhas de corrida; cronômetros ou relógios; sapato, calça e camisa social; nem a realização do teste sem a utilização de camiseta.

9.4.2. O candidato não poderá utilizar nenhum meio de reidratação durante a realização das provas, devendo efetuar a ingestão de líquidos no intervalo entre elas.

9.5. Os procedimentos de aquecimento, alongamento e preparação para a prova são de responsabilidade exclusiva do próprio candidato, não podendo interferir no andamento do teste.

9.6. O **Teste de Aptidão Física** será constituído por **4 provas**, que serão aplicados por equipe comandada por profissional de Educação Física. Antes de cada prova, para que não haja dúvida dos candidatos, o Coordenador passará as instruções e efetuará a demonstração dos exercícios exigidos, os quais se apresentam a seguir descritos:

I - Corrida de 50 metros (homens e mulheres):

- a) O avaliado deverá percorrer a distância de 50 metros no menor tempo possível.
- b) A prova será realizada em uma área demarcada.
- c) A posição de saída é em afastamento anteroposterior das pernas e com pé da frente o mais próximo possível da marca de largada.
- d) Ao sinal do apito do examinador será acionado o cronômetro, sendo travado quando o avaliado cruzar a marca de chegada.
- e) Será desclassificado o candidato que sair da área demarcada ou hidratar-se durante a realização da prova.
- f) Caso, por motivos técnicos, ocorra necessidade de se repetir o teste, haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) minutos.
- g) O resultado da prova será o tempo de percurso dos 50 metros, medido em segundos e décimos de segundos.

II-A - Flexão e extensão dos braços - Apoio de frente sobre o solo com apoio dos joelhos em decúbito ventral (para mulheres):

- a) A candidata posiciona-se em decúbito ventral (peito voltado ao solo), joelhos apoiados no solo; mãos espalmadas apoiadas no solo alinhadas aos ombros, com dedos voltados para frente do corpo, estende-se totalmente os membros superiores mantendo o alinhamento do tórax e quadril (posição inicial).
- b) Ao sinal do apito do examinador, a candidata flexionará somente os braços, aproximando o corpo do solo em aproximadamente 5 centímetros, não havendo contato com qualquer parte do corpo no solo, a não ser os joelhos e as mãos.
- c) A candidata retorna à posição do subitem "a", completando dessa forma 1 movimento completo.
- d) O objetivo é repetir os movimentos o máximo de vezes possível, no intervalo de 60 segundos.
- e) A proximidade ou afastamento dos cotovelos ao tronco é opcional da candidata.
- f) Se durante a execução da prova a candidata, com a intenção de descansar, encostar o peito no solo ou desalinhar o tórax do quadril (curvá-lo), a contagem das repetições encerrar-se-á.
- g) As execuções incorretas ou movimentos incompletos não serão computados.

II-B - Flexão e extensão dos braços - Apoio de frente sobre o solo em decúbito ventral (para homens):

- a) O candidato posiciona-se em decúbito ventral (peito voltado ao solo), pernas estendidas e unidas e ponta dos pés tocando o solo; mãos espalmadas apoiadas no solo alinhadas aos ombros, com dedos voltados para frente do corpo, estende-se totalmente os membros superiores, mantendo o alinhamento do tronco e membros inferiores (posição inicial).



- b) Ao sinal do apito do examinador, o candidato flexionará somente os braços, aproximando o corpo do solo em aproximadamente 5 centímetros, não havendo contato com qualquer parte do corpo no solo, a não ser a ponta dos pés e as mãos.
- c) O avaliado retorna à posição do subitem “a”, completando dessa forma 1 movimento completo.
- d) O objetivo é repetir os movimentos o máximo de vezes possível, no intervalo de 60 segundos.
- e) A proximidade ou afastamento dos cotovelos ao tronco é opcional do candidato.
- f) Se durante a execução da prova o candidato, com a intenção de descansar, encostar os joelhos, quadril ou peito no solo a contagem das repetições encerrar-se-á.
- g) Procedimento similar ao subitem anterior deve ser adotado caso o tronco seja desalinhado das pernas (curvá-lo).
- h) As execuções incorretas ou movimentos incompletos não serão computados.

III - Resistência Abdominal – Remador (para homens e mulheres):

- a) O avaliado coloca-se em decúbito dorsal com o corpo completamente estendido, tendo os braços no prolongamento do corpo:
- b) O avaliado, por contração da musculatura abdominal, curva-se à posição sentada, flexionando simultaneamente os joelhos, pelo menos até o nível em que ocorra a passagem dos membros superiores estendidos e paralelos ao solo, ao lado dos joelhos, retornando o avaliado à posição inicial (decúbito dorsal) até que toque o solo com as mãos, partindo dessa posição para outro movimento.
- c) A prova será iniciada e se encerrará ao sinal do apito do examinador.
- d) O número de movimentos executados corretamente em 60 segundos será o resultado obtido.
- e) O cronômetro será acionado e travado concomitantemente ao sinal do examinador.
- f) Repouso entre os movimentos é permitido, entretanto, o objetivo é realizar o maior número de execuções possível no tempo destinado.
- g) As execuções incorretas ou movimentos incompletos não serão computados.

IV - Corrida de 12 minutos:

- a) O candidato deve percorrer em uma área demarcada, a maior distância possível em 12 minutos, sendo permitido andar durante a avaliação.
- b) O início da prova se dará ao sinal do apito do Examinador; quando estiverem faltando 2 minutos para o término será dado novo sinal sonoro; e no encerramento da prova será dado o apito final de encerramento.
- c) Ao toque do apito final, todos os candidatos deverão permanecer na pista, no local onde se encontravam ao soar o apito final, devendo ficar em pé, parados ou andando transversalmente na pista, onde aguardarão a anotação do percurso.
- d) Será desclassificado o candidato que sair da pista ou hidratar-se durante a realização da prova.
- e) O resultado da prova será a distância percorrida no tempo de 12 minutos, medida em metros.

9.7. São os seguintes os parâmetros de avaliação em cada prova que compõe o Teste de Aptidão Física e composição da sua nota:

9.7.1 TESTE DE APTDÃO FÍSICA - TABELA FEMININA								
EXERCÍCIOS				FAIXA ETÁRIA E PONTUAÇÃO				
Flexão e extensão de braços e cotovelos	Abdominal1 minuto	Corrida de 12 minutos	Corrida de 50 metros	até 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos
04	06	1100	11"50					
06	08	1200	11"25					
08	10	1300	11"00					
10	12	1400	10"75					10
12	14	1500	10"50				10	20
14	16	1600	10"25			10	20	30
16	18	1700	10"00		10	20	30	40
18	20	1800	09"75	10	20	30	40	50
20	22	1900	09"50	20	30	40	50	60
22	24	2000	09"25	30	40	50	60	70



24	26	2100	09"00	40	50	60	70	80
26	28	2200	08"75	50	60	70	80	90
28	30	2300	08"50	60	70	80	90	100
30	32	2400	08"25	70	80	90	100	
32	34	2500	08"00	80	90	100		
34	36	2600	07"75	90	100			
36	38	2700	07"50	100				

9.7.2 - TESTE DE APTDÃO FÍSICA - TABELA MASCULINO

EXERCÍCIOS				FAIXA ETÁRIA E PONTUAÇÃO				
Flexão e extensão de braços e cotovelos	Abdominal 1 minuto	Corrida de 12 minutos	Corrida de 50 metros	até 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos
02	12	1400	10"25					
04	14	1500	10"00					
06	16	1600	09"75					
08	18	1700	09"50					10
10	20	1800	09"25				10	20
12	22	1900	09"00			10	20	30
14	24	2000	08"75		10	20	30	40
16	26	2100	08"50	10	20	30	40	50
18	28	2200	08"25	20	30	40	50	60
20	30	2300	08"00	30	40	50	60	70
22	32	2400	07"75	40	50	60	70	80
24	34	2500	07"50	50	60	70	80	90
26	36	2600	07"25	60	70	80	90	100
28	38	2700	07"00	70	80	90	100	
30	40	2800	06"75	80	90	100		
32	42	2900	06"50	90	100			
34	44	3000	06"25	100				

9.7.3 TABELA DE CONVERSÃO DE PONTOS EM NOTA

PONTOS OBTIDOS	NOTAS	PONTOS OBTIDOS	NOTAS
01 a 05	0,5	51 a 55	5,5
06 a 10	1,0	56 a 60	6,0
11 a 15	1,5	61 a 65	6,5
16 a 20	2,0	66 a 70	7,0
21 a 25	2,5	71 a 75	7,5
26 a 30	3,0	76 a 80	8,0
31 a 35	3,5	81 a 85	8,5



36 a 40	4,0	86 a 90	9,0
41 a 45	4,5	91 a 95	9,5
46 a 50	5,0	96 a 100	10,0

9.7.4. A pontuação de cada teste será aferida de acordo com a Tabela TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (itens 9.7.1 e 9.7.2).

9.7.5. A pontuação obtida em cada teste, será convertida em nota de acordo com a TABELA DE CONVERSÃO DE PONTOS EM NOTA (item 9.7.3).

9.7.6. A nota final do TAF será composta pela média aritmética das notas dos quatros testes de aptidão física, conforme artigo 55, da lei complementar 179/2016.

9.7.7. O candidato será considerado APTO no Teste de Aptidão Física se, submetido a todos os testes, obtiver o desempenho mínimo de 10 (dez) pontos em cada teste de acordo com a Tabela TESTE DE APTIDÃO FÍSICA e nota final mínima de 5 (cinco) pontos.

9.8. O candidato, ao final de cada prova, deverá assinar a planilha demonstrativa do resultado por ele obtido; caso se negue, a planilha assinada pelo Coordenador da Prova e por mais um Assistente de Coordenação, no mínimo, que atestarão a marca obtida pelo candidato.

9.9. Não haverá repetição na execução dos testes, exceto nos casos em que a Banca Examinadora concluir pela ocorrência de condições climáticas, ou fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, que tenham prejudicado o seu desempenho.

9.10. Durante a aplicação do **Teste de Aptidão Física** é vedado ao candidato:

- Deixar de apresentar documento de identificação na forma do **item 8.4 do Edital**;
- Retirar-se do recinto de aplicação do **Teste de Aptidão Física** sem a autorização expressa do aplicador, devendo, se autorizado, ser acompanhado por Auxiliar de Fiscalização;
- Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- Tratar com descortesia ou de forma violenta os demais candidatos ou qualquer membro da equipe encarregada da aplicação do teste.

9.11. Será **DECLASSIFICADO** no **Teste de Aptidão Física** o candidato:

- ausente;
- que não apresentar atestado médico que declare que está apto para a realização dos esforços físicos a serem praticados no teste, na forma do **ANEXO V** deste Edital;
- que deixar de assinar a planilha demonstrativa do resultado por ele obtido, na forma do **item 9.9** deste Edital;
- que abandonar ou deixar de realizar qualquer prova;
- que praticar qualquer das condutas vedadas no **item 9.10**.
- que obtiver nota final menor do que **5 (cinco)**;
- que obtiver pontuação **Zero** em qualquer das provas;
- que descumprir as disposições estabelecidas neste Edital, à critério do Coordenador do **Teste de Aptidão Física**.

10. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA APÓS A PROVA OBJETIVA E O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA - 1ª FASE

10.1. O Edital de **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA APÓS A PROVA OBJETIVA E O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA** (contemplando a média aritmética da pontuação obtida pelo candidato nestas duas fases) será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br, sendo apresentado da seguinte forma:

- Anexo I - Candidatos Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- Anexo II - Candidatos Afrodescendentes ou Indígenas Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- Anexo III - Candidatos com Deficiência Classificados**, por ordem decrescente de classificação;
- Anexo IV - Candidatos Não Classificados**, por ordem do número de inscrição dos candidatos.

10.2. No caso de **EMPATE na Classificação Provisória após a Prova Objetiva e o Teste de Capacitação Física**, será processado o **DESEMPATE** tendo preferência, sucessivamente, o candidato:

- que obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa e Interpretação de Textos;
- casado, condição que deverá ser comprovada caso prevaleça o empate após a aplicação do critério precedente, mediante entrega, após notificação da Banca Examinadora, de cópia autenticada da certidão de casamento ou de declaração de união estável feita perante tabelião, sendo pré-requisito que o candidato tenha declarado esta condição por ocasião da inscrição no concurso;



- c) com idade mais elevada;
d) vencedor de sorteio público a ser realizado pela **Comissão Fiscalizadora do Concurso Público**, caso persista o empate após a aplicação dos critérios precedentes.

11. DO EXAME PSICOTÉCNICO E PSICOLÓGICO PARA PORTE DE ARMA

11.11. O **Exame Psicotécnico e Psicológico**, de caráter eliminatório, consistirá na aplicação de testes psicotécnicos e psicológicos objetivando a análise e avaliação de aspectos emocionais gerais, de personalidade e habilidades específicas necessários para o exercício das atividades previstas para o cargo, inclusive para porte de arma padrão da Guarda Civil Municipal, e deverá ser realizado pelos **candidatos classificados na 1ª Fase e que forem convocados para entrega de documentos da INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL**.

11.1.1. O **Exame Psicotécnico e Psicológico** deverão ser providenciados pelo próprio candidato, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 239/2022.

11.2. O **Exame Psicotécnico e Psicológico** será norteado pelas regras do Conselho Federal de Psicologia, sendo aplicado por profissionais credenciados pela Polícia Federal, e consistirá na aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas validados e fidedignos cientificamente, que permitam identificar a compatibilidade de características psicológicas do candidato com as atribuições do cargo pleiteado, conforme o de acordo com o **ANEXO VI - Perfil Psicológico**, deste Edital. A metodologia a ser utilizada poderá envolver: entrevistas, técnicas e testes psicológicos e psicotécnicos a serem desenvolvidos individualmente ou em grupo.

11.3. A convocação do candidato para a entrega do laudo e relatório dos exames Psicológico e Psicotécnico **deverá ocorrer juntamente com a convocação para entrega da documentação da Inspeção Médica Oficial**.

11.3.1 O laudo e resultado do exame psicotécnico ficará restrito ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho e a **Comissão da Guarda Municipal do Município de PORTO FELIZ**, e obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

11.4. O **Exame Psicotécnico e Psicológico** não poderá ser realizado por profissionais que tenham parentesco, até o terceiro grau, com qualquer candidato.

11.5. Durante a aplicação do **Exame Psicotécnico e Psicológico** é vedado ao candidato:

- Tirar fotos, efetuar gravações de áudio ou filmagens do ambiente, dos aplicadores, dos concorrentes ou dos materiais utilizados, devendo desligar o celular, inclusive alarmes dele ou de relógios e equipamentos similares.
- Retirar-se da sala de aplicação do teste sem a autorização expressa do aplicador, devendo, se autorizado, ser acompanhado por Auxiliar de Fiscalização.
- Deixar de entregar ao psicólogo, ao final da aplicação, todo seu material de avaliação;
- Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- Tratar com descortesia ou de forma violenta os demais candidatos ou qualquer membro da equipe encarregada da aplicação do teste.

11.6. Será considerado **APTO** no **Exame Psicotécnico e Psicológico** o candidato que apresentar resultados adequados ao Perfil Psicológico, obtidos nos instrumentos e metodologias aplicados na avaliação psicológica, no que tange aos aspectos cognitivos/raciocínios, emocionais e de personalidade, considerando tanto os qualitativos quanto os aspectos quantitativos, de acordo com as dimensões definidas no **ANEXO VI - Perfil Psicológico**.

11.6.1. A indicação de **APTO**, significa que o candidato apresentou no **Exame Psicotécnico e Psicológico** características de personalidade e habilidades cognitivas de acordo com os requisitos psicológicos necessários ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo conforme Perfil Psicológico estabelecido e critérios da avaliação psicológica, compatíveis com a descrição das competências gerais e específicas da Guarda Civil Municipal de Porto Feliz, constantes no **ANEXO I** deste Edital.

11.7. Será considerado **INAPTO** no **Exame Psicotécnico e Psicológico** o candidato cujos resultados não se configurem, ainda que parcialmente, ao Perfil Psicológico estabelecido no **ANEXO VI** deste Edital.

11.7.1. A indicação de **INAPTO** no **Teste de Aptidão Psicológica** não significará incapacidade intelectual ou existência de transtornos de personalidade. Indicará, tão somente, que o candidato não atendeu, à época da avaliação, aos requisitos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo, indicando, tão somente, a inadequação do candidato ao Perfil Psicológico exigido para o desempenho do cargo.

11.7.2. Nenhum candidato considerado **INAPTO** será convocado para apresentação de novo laudo e **Exame Psicotécnico e Psicológico** dentro do presente Concurso Público.

11.8. Será **CLASSIFICADO** e avançará para a próxima fase do concurso público o candidato:

- que não incorrer em nenhuma das condutas vedadas no **item 11.5**;
- considerado **APTO** no **Exame Psicotécnico e Psicológico**, na forma do **item 11.6**.



11.9. Será **DECLASSIFICADO** do concurso público o candidato:

- a) que não comparecer para a realização da prova, conforme convocação oficial, seja qual for o motivo alegado;
- b) que apresentar-se fora de local, data e/ou do horário estabelecidos no Edital de Convocação;
- c) que não apresentar o documento de identificação na forma no **item 8.4** deste Edital;
- d) que não completar o teste;
- e) que praticar qualquer das condutas vedadas no **item 11.5**, sendo-lhe retirada a prova e lavrada a circunstância de sua desclassificação na **Ata do Teste de Avaliação Psicológica**;
- f) Considerado **INAPTO no Exame Psicotécnico e Psicológico**, na forma do **item 11.7**.
- g) que descumprir as disposições estabelecidas neste Edital, à critério do Coordenador do **Teste de Avaliação Psicológica**.

11.10. O **EXAME PSICOTÉCNICO E PSICOLÓGICO PARA PORTE DE ARMA** será divulgado juntamente com o resultado da **INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL**.

12. DA PESQUISA SOCIAL

12.1. A **Pesquisa social**, de caráter eliminatório, tem por finalidade averiguar a vida pregressa e atual do candidato no âmbito social, funcional, civil e criminal, visando impedir que pessoa que não apresente boa conduta social, reputação e idoneidade ilibadas ingresse como **Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ**, e será aplicada apenas para os candidatos classificados e convocados na estrita ordem de classificação e **em quantidade suficiente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ e será realizada por Comissão** composta por membros da **Guarda Civil Municipal de Porto Feliz**, em data, local e horário constantes do respectivo **Edital de Convocação**, que será divulgado nos sites www.publiconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br.

12.2. A **Pesquisa social** será realizada no intuito de identificar condutas inadequadas e reprováveis do candidato, nos mais diversos aspectos da vida em sociedade, incompatíveis com o exercício da profissão de **Guarda Civil Municipal de Porto Feliz**, impedindo a aprovação, dentre outras hipóteses possíveis, de candidato:

- I - alcoólatra ou alcoolista;
- II - toxicômano ou drogadicto;
- III - possuidor de antecedente criminal desabonador à conduta ilibada, à reputação e à idoneidade moral;
- IV - possuidor de registro policial nas condições de averiguado, autor ou indiciado, desabonador à conduta ilibada, à reputação e à idoneidade moral;
- V - envolvido com a prática de contravenção penal;
- VI - envolvido com a prática ou exploração de atividade ligada ao jogo de azar;
- VII - envolvido com a exploração de atividade ligada à prostituição;
- VIII - envolvido com a incitação, exaltação ou apologia a atos de vandalismo;
- IX - envolvido com a incitação ou prática de atos de perturbação de sossego;
- X - envolvido com a incitação, exaltação ou apologia a atos criminosos;
- XI - autor de ato infracional desabonador à conduta ilibada, à reputação e à idoneidade moral;
- XII - autor de infração penal de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei nº 9.099/95, desabonador à conduta ilibada, à reputação e à idoneidade moral;
- XIII - pessoa que mantenha relação de amizade, convivência ou convívio com indivíduos envolvidos em práticas delituosas, sabidamente lançadas à ambiência criminosa ou que possam induzir ao cometimento de crimes;
- XIV - envolvido com infração originada em posicionamento intransigente e divergente de indivíduo ou grupo em relação a outra pessoa ou grupo, e caracterizado por convicções ideológicas, religiosas, raciais, culturais, sexuais, étnicas e esportivas, visando a exclusão social;
- XV - possuidor de postura e/ou comportamento que atentem contra a moral e os bons costumes;
- XVI - contumaz em cometer atos de indisciplina;
- XVII - envolvido em práticas de atos que possam importar em repercussão social de caráter negativo;
- XVIII - possuidor de comportamento que possa comprometer a função de segurança pública ou confiabilidade da Guarda Civil Municipal de Porto Feliz;
- XIX - contumaz em infringir o Código de Trânsito Brasileiro, ter sido autuado ou visto cometendo infração que coloque em risco a integridade física ou a vida de outrem;
- XX - com histórico de conduta violenta e/ou agressiva;
- XXI - frequentador de local incompatível com o decoro, cujas características das atividades ali desenvolvidas ofendam os valores e deveres éticos inerentes aos integrantes da Guarda Civil Municipal de Porto Feliz;
- XXII - possuidor de comportamento que atente contra a organização, hierarquia e a disciplina em estabelecimentos de ensino;
- XXIII - possuidor de certificado escolar inidôneo, inválido, falsificado ou não reconhecido pelo órgão federal ou estadual de educação, quando identificado em atividade de diligência própria junto a estabelecimento de ensino frequentado pelo candidato;
- XXIV - possuidor de atestado médico falso ou declaração falsa de trabalho em seu prontuário escolar ou profissional, quando identificado em atividade de diligência própria junto a estabelecimento de ensino e/ou profissional;



- XXV - possuidor de punição grave ou comportamento desabonador em seus locais de trabalho;
- XXVI - demitido por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
- XXVII - demitido de cargo público, no exercício da função em qualquer órgão da administração direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- XXVIII - em desacordo com o serviço militar obrigatório ou que tenham utilizado meio fraudulento para se esquivar de sua prestação;
- XXIX - possuidor de comportamento desabonador nas Forças Armadas ou em qualquer uma das Forças Auxiliares;
- XXX - excluído ou licenciado a bem da disciplina nas Forças Armadas ou em qualquer uma das Forças Auxiliares;
- XXXI - inadimplente em compromissos financeiros por fraude ou má-fé em descumprir obrigações legítimas;
- XXXII - no caso de candidato que seja ou tenha sido servidor ou funcionário público, que apresente qualquer anotação desabonadora em seus assentamentos funcionais.

12.3. A convocação do candidato para a entrega de documentos referentes a **Investigação Social deverá ocorrer juntamente com a convocação da Inspeção Médica Oficial.**

12.3.1. Por ocasião da convocação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos, certidões e informações:

- I - 1 (uma) foto no tamanho 5x7 centímetros recente e datada com no máximo 6 meses; não será aceita fotografia do candidato vestindo uniformes militares, escolares, empresariais e similares;
- II - Original e cópia simples da Cédula de Identidade (RG) ou do Registro de Identidade Civil (RIC);
- III - Original e cópia simples da Certidão de nascimento ou casamento;
- IV - Histórico Escolar e o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou grau equivalente, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente. Candidatos(as) com ensino médio realizado por meio de cursos à distância para educação básica de jovens e adultos (EaD), deverão apresentar Certidão de Conclusão emitida pela Secretaria de Educação do próprio Estado em que foi realizado o referido curso;
- V - Caso seja candidato do sexo masculino, certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação;
- VI - Atestado de Antecedentes Criminais (emissão no endereço eletrônico: www.poupatempo.sp.gov.br);
- VII - Certidão de Distribuição Criminal, emitida pela Justiça Estadual, das comarcas dos Municípios em que residiu a partir dos 18 (dezoito) anos de idade;
- VIII - Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais - distribuição e execução, onde houver (emissão no endereço eletrônico: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=810000> ou no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado em que reside o candidato);
- IX - Certidão de Quitação Eleitoral (emissão no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- X - Certidão de Negativa Eleitoral (emissão no endereço eletrônico: <https://www.tre-sp.jus.br/eleitor/carta-de-servicos-1/certidao-de-crimes-eleitorais-1> ou no endereço eletrônico do TRE do estado em que reside o candidato);
- XI - Certidão Negativa da Justiça Federal (emissão no endereço eletrônico: <https://web.trf3.jus.br/certidao/certidao/solicitar> ou no endereço eletrônico da região da Justiça Federal em que reside o candidato);
- XII - Certidão Negativa Criminal da Justiça Militar (emissão no endereço eletrônico: <https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa>).
- XIII - Caso seja servidor público civil ou militar, certidão expedida pelo órgão público em que estiver servindo, informando:
 - a) sua atual situação disciplinar ou comportamento;
 - b) se responde ou já respondeu a processo disciplinar;
 - c) se responde ou já respondeu procedimento disciplinar;
 - d) punições sofridas.
- XIV - Caso tenha sido servidor público civil ou militar, certidão expedida pelos órgãos públicos em que serviu, informando:
 - a) comportamento ou situação disciplinar quando foi exonerado ou licenciado;
 - b) se respondeu processo administrativo;
 - c) se respondeu processo disciplinar;
 - d) punições sofridas.

12.4. Durante a aplicação da **Pesquisa social** é vedado ao candidato:

- a) Deixar de apresentar documento de identificação na forma do **item 8.4 do Edital**;
- b) Deixar de preencher, preencher parcialmente ou não preencher adequadamente o questionário de **Pesquisa social**;
- c) Deixar de apresentar qualquer documento ou certidão requisitada na forma do **item 12.3**;
- d) Apresentar dados com inexatidão, omitir dados relevantes, declarar informações inverídicas ou revelar desídia no preenchimento do questionário de **Pesquisa social**, o que importará em exclusão do candidato do concurso público, sem prejuízo das responsabilizações civil, penal e administrativa que couberem.
- e) Retirar-se do recinto de aplicação da **Pesquisa social** sem a autorização expressa do aplicador, devendo, se autorizado, ser acompanhado por Auxiliar de Fiscalização;
- f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;



g) Tratar com descortesia ou de forma violenta os demais candidatos ou qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da investigação.

12.5. Após a entrega da documentação devida pelo candidato e já tendo sido iniciados os procedimentos de **Pesquisa social**, caso ocorram fatos novos referentes aos dados e informações declaradas e/ou documentos juntados e que envolvam diretamente a pessoa do candidato, deverá de imediato informar por escrito à administração deste Concurso, devendo anexar, nos casos em que houver, uma cópia da documentação referente ao fato novo ocorrido.

12.6. Para fins de complementação ou aferição das informações necessárias à análise da documentação de **Pesquisa social**, poderão ser realizadas diligências (ambiência doméstica e social), entrevistas e pedidos de informação suplementares, a critério da **Comissão da Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ**.

12.7. Será considerado **HABILITADO** após a **Pesquisa social** o candidato que não apresentar nenhuma restrição em face da investigação realizada.

12.8. Será considerado **NÃO HABILITADO** após a **Pesquisa social** o candidato que apresentar qualquer restrição em face da investigação realizada.

12.9. Será **CLASSIFICADO** e avançará para a próxima fase do concurso público o candidato:

- a) que não incorrer em nenhuma das condutas vedadas no **item 12.4**;
- b) considerado **HABILITADO após a Pesquisa social**, na forma do **item 12.7**.

12.10. Será **DECLASSIFICADO** do concurso público o candidato:

- a) que não comparecer a entrega de documentação, conforme convocação oficial, seja qual for o motivo alegado;
- b) que se apresentar fora de local, data e/ou do horário estabelecidos no Edital de Convocação;
- c) que praticar qualquer das condutas vedadas no **item 12.4**, sendo lavrada a circunstância de sua desclassificação no relatório de **Pesquisa social** do candidato.
- d) considerado **NÃO HABILITADO** após a **Pesquisa social**, na forma do **item 12.8**.
- e) que descumprir as disposições estabelecidas neste Edital, à critério do Coordenador da **Pesquisa social**.

12.11. O **EDITAL DE RESULTADO DA PESQUISA SOCIAL** será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br.

13. DA INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL

13.1. A **INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL**, de caráter eliminatório, objetiva verificar se o candidato;

- a) possui a altura mínima exigida dos candidatos (**1,60m para o sexo feminino e 1,65m para o sexo masculino**); e
- b) goza de boa saúde física e psíquica para suportar o exercício das atividades típicas da **Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ**.

13.1.1. A **Inspeção Médica Oficial** será realizada em dois momentos, sendo inicialmente a convocação para entrega de documentos e posteriormente, agendamento para exame clínico e aferição biométrica.

13.2. A convocação para a entrega dos documentos da **INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL** e da **INVESTIGAÇÃO SOCIAL** na estrita ordem de classificação da 1ª Fase e **em quantidade suficiente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, será realizada em data, local e horário constantes do respectivo **Edital de Convocação**, que será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br e publicado de forma resumida no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

13.2.1. O candidato convocado, em prazo a ser estabelecido pela Prefeitura Municipal de Porto Feliz, deverá apresentar, as suas expensas (conforme previsto na Lei Municipal Complementar nº 239/2022), todos os exames laboratoriais e de imagem, conforme disposto no **ANEXO VII – EXAME MÉDICO ADMISSIONAL**, os quais deverão vir acompanhados de seus respectivos laudos, sob pena de eliminação do concurso.

13.2.2. Todos os exames e laudos previstos no **ANEXO VII – EXAME MÉDICO ADMISSIONAL** deverão ter a data de emissão de até 03 (três) meses anteriores à data estabelecida para avaliação médica.

13.2.3. A não apresentação dos exames mencionados no **ANEXO VII – EXAME MÉDICO ADMISSIONAL** caracterizará desistência do candidato, e conseqüentemente sua eliminação do concurso.

13.2.4. Somente serão aceitos os exames originais e, em nenhuma hipótese serão devolvidos os exames médicos/ laudos entregues pelos candidatos.



13.3. Após a entrega dos documentos, será agendada data, local e horário para o **Exame Clínico e Aferição Biométrica**.

13.4. **A Inspeção Médica Oficial** consistirá na análise de exames médicos, laboratoriais e toxicológicos e laudo da avaliação psicológica, que buscarem identificar doenças, sinais e/ou de sintomas que os inabilitem, em especial:

a) **Gerais:** deficiências físicas, congênitas e/ou adquiridas, que causem debilidade e/ou perda de sentido ou de função; cirurgias mutiladoras; neoplasias malignas; doenças crônicas e/ou agudas incapacitantes.

b) **Específicos:** sopros orgânicos, arritmias cardíacas; hipotensão ou hipertensão arterial que esteja acompanhada de sintomas, que possua caráter permanente e/ou que dependa de medicação para o seu controle; vasculopatias evidentes ou limitantes; hérnias; marcha irregular e/ou uso de aparelhos ortopédicos; grandes desvios de coluna vertebral; artropatia crônica; redução dos movimentos articulares; doenças ósseas; distúrbios importantes da mímica e da fala; disritmia cerebral; distúrbios da sensibilidade táctil, térmica e/ou dolorosa; incoordenação motora, bem como doenças incuráveis; transtornos mentais e de comportamento decorrente do uso de substâncias psicoativas; transtornos do humor, transtornos neuróticos, transtorno de personalidade e de comportamento, retardo mental, dependência de álcool e drogas.

13.4.1. Exames Laboratoriais (que deverão ser providenciados pelo próprio candidato):¹¹

a) sangue: hemograma completo; Grupo Sanguíneo e Fator Rh; glicose, ureia, creatinina e GamaGT, ácido úrico, colesterol total e frações, transaminases (TGO/TGP), bilirrubinas, sorologia para hepatite B e C, ABO — Rh;

b) sumário de urina específico para EAS;

e) parasitológico de fezes, com a realização do método Baerman;

d) sorologia: Lues ou VDRL; Doença de Chagas;

f) radiografia de tórax PA;

a) Hemograma;

b) Glicemia de Jejum;

c) Raios-X de Tórax AP com laudo;

d) Raios-X de Coluna Lombo Sacro com laudo;

e) Acuidade Visual;

13.4.2. Exame Toxicológico (que deverão ser providenciados pelo próprio candidato): com laudo, do tipo de “larga janela de detecção” (mínimo de 180 dias), para a detecção de drogas de uso ilícito, a partir de amostras de materiais biológicos (cabelos, pelos ou raspas de unhas), doados pelos candidatos, abrangendo, pelo menos, os seguintes grupos de drogas:

a) cocaína e derivados;

b) maconha e derivados;

c) metanfetaminas;

d) anfetaminas;

e) ecstasy (MDMA e MDA);

f) opiáceos e derivados;

g) penicilidina (PCP) e outras.

13.4.2.1. A coleta do material para o exame toxicológico deverá realizada em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos doados pelo candidato, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento dos resultados e estabelecimento de contraprova.

13.4.2.2. O laudo deverá registrar resultados negativos ou positivos para cada grupo de drogas, quantidades detectadas, bem como avaliação estatística do padrão de consumo. No corpo do laudo do exame toxicológico deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre a cadeia de custódia, com os seguintes campos: identificação completa e assinatura do doador (inclusive impressão digital), identificação e assinatura de, no mínimo, 02 (duas) testemunhas da coleta; identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão do laudo e certificação ISO/IEC 17025 do laboratório que realizou os exames.

13.4.2.3. O resultado do exame toxicológico ficará restrito ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho e a **Comissão da Guarda Municipal do Município de PORTO FELIZ**, e obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

13.5. Exame Clínico e Aferição Biométrica: efetuado por profissional designado pelo Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, constante de anamnese (entrevista conduzida pelo médico com o objetivo de identificar os sintomas do paciente), exame físico e aferição biométrica.

13.5.1. A Aferição Biométrica será efetuada com o candidato descalço, sem meias, com a cabeça descoberta (sem o uso de boné, toucas, chapéu e similares) e sem a utilização de coques, apliques de cabelo e similares, utilizando instrumento específico (estadiômetro, antropômetro ou similar), devidamente aferido por órgão competente. Será efetuada uma segunda medição, imediatamente à primeira, para o candidato que não tiver a altura mínima aferida na primeira aferição.

¹¹ 23/02/2024 – Correção no item 13.4.2 referente a solicitação de exames laboratoriais que o candidato deve entregar na fase da Inspeção Médica Oficial.



13.5.2. A critério do médico examinador, o candidato deverá, às suas expensas e dentro do prazo estabelecido, apresentar quaisquer outros exames médicos e/ou clínicos complementares, não mencionados neste edital, e que se torne necessário para firmar um diagnóstico, visando dirimir eventuais dúvidas, podendo, ainda, a critério da administração, ser convocado para novo exame clínico.

13.6. A análise dos exames apresentados por cada candidato será realizada **por Médico designado pelo Setor de Medicina e Segurança do Trabalho** da Prefeitura do Município de Porto Feliz, que deles emitirá laudo conclusivo acerca da habilitação ou não do candidato após a **Exame Clínico e Aferição Biométrica**.

13.7. Durante a realização do **Exame Clínico e Aferição Biométrica** é vedado ao candidato:

- a) Deixar de apresentar documento de identificação na forma do **item 8.4 do Edital**;
- b) Retirar-se do recinto de realização da **Inspeção de Saúde e Aferição Biométrica** sem a autorização expressa do aplicador, devendo, se autorizado, ser acompanhado por Auxiliar de Fiscalização;
- c) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- d) Tratar com descortesia ou de forma violenta os demais candidatos ou qualquer membro da equipe encarregada da aplicação dos exames.

13.8. Será considerado **HABILITADO** após a **Aferição Biométrica**, o candidato que tiver comprovados o requisito do **item 13.1.a** deste Edital.

13.9. Será considerado **HABILITADO** na INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL, e apto à realização do **Curso de Formação de Guarda Civil Municipal** o candidato que:

- a) tiver apresentado exame toxicológico com resultado negativo,
- b) não tiver nenhum óbice, restrição ou resultado nos exames laboratoriais e médicos de que trata os itens 13.4.1 a 13.4.3 que sejam impeditivos ao desempenho das funções de **Guarda Civil Municipal**.
- c) considerado **HABILITADO** após a **Exame Clínico e Aferição Biométrica**

13.10. Serão considerados **NÃO HABILITADO** após na INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL o candidato:

- a) que não possuir a altura mínima estabelecida no **item 13.1.a**;
- b) que tiver apresentado resultado positivo no exame toxicológico;
- c) que apresentar restrição após a realização dos exames laboratoriais e médicos e que trata os **itens 13.4.1 e 13.4.2** que seja impeditiva do desempenho das funções de **Guarda Civil Municipal**;
- d) **o candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções de Guarda Civil Municipal.**

13.11. Será **DECLASSIFICADO** do concurso público o candidato:

- a) que não comparecer para a realização do exame clínico;
- b) que se apresentar fora de local, data e/ou do horário estabelecidos no Edital de Convocação;
- c) que se negar a realizar qualquer exame requisitado;
- d) que praticar qualquer das condutas vedadas no **item 13.7** do Edital;
- e) considerado **NÃO HABILITADO** na forma dos **itens 13.7 e 13.10**;
- f) que descumprir as disposições estabelecidas neste Edital, à critério do **Coordenador da Inspeção de Saúde e Aferição Biométrica**.

13.12. O **EDITAL DE RESULTADO DA A INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL** será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Caberá **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos **2 dias úteis seguintes à data das respectivas divulgações**, em relação:

- a) ao Edital de Abertura das Inscrições;
- b) ao Indeferimento das Inscrições;
- c) às questões e gabarito da Prova de Prova Objetiva;
- d) à Classificação Provisória (incluindo o resultado do Teste de Aptidão Física);
- e) ao resultado da Pesquisa social;
- f) ao resultado da Aferição Biométrica e Inspeção de Saúde;
- g) à Classificação Final (após todas as fases do concurso, precedente à convocação para o Curso de Formação da Guarda Civil Municipal).

14.2. Os recursos administrativos deverão ser efetuados exclusivamente através do site www.publicconsult.com.br. Para interposição do recurso, o candidato deverá, no site referido, acessar o **PAINEL DO CANDIDATO** informando seu CPF e senha, selecionar o **Concurso Público nº 004/2023** da **Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, e após clicar no **link** do **recurso** que será



disponibilizado somente durante o prazo estabelecido no **item 14.1**. A partir daí, será aberto o formulário de recurso que deverá ser completado com os dados requisitados e, no qual deverão ser oferecidas as razões do recurso, de forma objetiva e devidamente embasadas.

14.3. O embasamento referente aos recursos da **Prova Objetiva** deverá referenciar a bibliografia eventualmente utilizada de forma completa (obra, autor, páginas), devendo-se, quando possível, disponibilizar o *link* para acesso das informações ofertadas, não sendo possível, no entanto, anexar arquivos de qualquer formato. Prevalecerá na análise dos recursos a bibliografia referencial indicada no conteúdo programático e/ou no enunciado da questão, em relação a qualquer outra apresentada. Lapsos de indicação de datas e numeração de páginas de obras de referência e normas, bem como pequenos erros de impressão, não terão o condão de anular questões cujo conteúdo esteja elaborado de forma a não prejudicar o entendimento geral dos candidatos. Tais situações serão eventualmente deliberadas pela **Banca Examinadora do Concurso Público**.

14.4. Serão **INDEFERIDOS** os recursos:

- a) interpostos através de e-mail, fax ou por outras formas, meios e prazos não estipulados neste Edital;
- b) que não corresponderem à fase recursal em curso, no momento da sua interposição;
- c) que não se referirem à questão indicada no formulário do recurso;
- d) que não apresentarem requerimento específico (anulação ou mudança de alternativa, alteração de classificação etc.);
- e) que não apresentarem fundamentação e/ou embasamento bibliográfico;
- f) que pleitearem alternativa de resposta igual à divulgada no Gabarito ou classificação igual à divulgada;
- g) que, após análise da Banca Examinadora, não tiverem o condão de alterar a resposta divulgada no gabarito, o resultado ou a classificação da fase a que se referir o recurso.

14.5. Os pontos relativos às questões da **Prova Objetiva** eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova. As questões que, em virtude dos recursos apresentados, tiverem resposta alterada, acarretarão o reprocessamento do resultado, podendo alterar a ordem de classificação provisória dos candidatos.

14.6. O provimento de recursos interpostos dentro das especificações poderá, eventualmente, alterar a nota e/ou classificação inicial obtida pelos candidatos para uma nota e/ou classificação superior ou inferior; ou ainda acarretar a classificação e/ou desclassificação de candidatos em virtude da alteração das suas notas em relação à pontuação mínima ou requisitos exigidos para a classificação.

14.7. O **EDITAL DE RESULTADO DOS RECURSOS**, contendo as deliberações decorrentes dos recursos interpostos em cada fase, será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br, juntamente com os editais contendo eventuais retificações dos resultados ou classificações relativos à cada, e o gabarito retificado, se for o caso.

14.8. A análise da deliberação de cada recurso será disponibilizada ao recorrente impetrante na área de **RECURSOS** do **Painel do Candidato**, no site www.publicconsult.com.br. O relatório analítico dos recursos de cada fase do Concurso Público, contendo as razões das deliberações da Banca Examinadora, será anexado ao Relatório Final do Concurso Público encaminhado à Prefeitura Municipal de **PORTO FELIZ**.

15. DO CURSO ESPECÍFICO DE FORMAÇÃO

15.1 O candidato aprovado e classificado dentro das vagas existentes e que nada tenha em seu desabono após a investigação social procedida pela Corregedoria da GCM ou por Guarda Civil Municipal indicado pelo Comandante, será admitido na administração pública e alistado como aluno guarda, passando a frequentar a **Escola de Formação de Guarda Civil Municipal** e terá carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas, no qual o Aluno Guarda será constantemente avaliado e necessitará de, no mínimo, nota 05 (cinco) de aproveitamento em cada matéria para sua aprovação.

15.2. A grade curricular do curso de formação para Guarda Civil Municipal deverá seguir as diretrizes da matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ministério da Justiça. A formação dos Guardas Civis Municipais de Porto Feliz poderá ser realizada por sua Escola de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento ou órgão oficial de formação de Guardas Municipais do Estado,

15.3. Caberá ao Comandante da Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ a coordenação, orientação, supervisão, administração, fiscalização e controle do curso.

15.4. Aos candidatos aprovados nas fases anteriores do concurso público que excederem a lista de chamadas para a matrícula no Curso de Formação de Guarda Civil, não caberá nenhum recurso. Não obstante, poderão ser convocados posteriormente para matrícula em eventual futuro curso de formação, observado o prazo de vigência do presente concurso público, desde que existam vagas abertas a serem providas conforme as necessidades de serviço e orçamento.



15.5. Não havendo candidatos afrodescendentes ou indígenas e portadores de deficiência aprovados, as vagas a eles destinadas serão supridas por candidatos não afrodescendentes ou indígenas e não deficientes do mesmo cargo (masculino ou feminino). Da mesma forma, não havendo candidatos aprovados em um dos grupamentos de cargo (masculino ou feminino) as vagas remanescentes serão remanejadas para o outro grupamento.

15.6. O candidato convocado deverá apresentar original e cópia de documento de identidade na forma do **item 8.4** deste Edital, bem como outros eventualmente requisitados, em data, local e horário constantes do respectivo **Edital de Convocação**, que será divulgado nos sites www.publicconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br e publicado de forma resumida no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

15.6.1. A documentação apresentada será analisada pela Comissão Especial, que autorizará ou não a matrícula do candidato no Curso de Formação de Guarda Civil, em face do resultado da análise documental.

15.6.2. A **Comissão da Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ** poderá realizar diligências ou solicitar complementação de documentos e informações, visando aferir adequadamente a habilitação do candidato convocado.

15.6.3. O candidato que deixar de se apresentar no prazo estipulado, ou não apresentar integralmente a documentação comprobatória requisitada, ou ainda apresentá-la contendo fraude ou falsidade de qualquer espécie, será desclassificado do concurso público, sem prejuízo das responsabilizações civil, penal e administrativa que couberem.

15.7. O Curso de Formação de Guarda Civil poderá ser realizado, caso seja necessário, em outro município que não o de PORTO FELIZ sendo de responsabilidade do candidato-aluno, em qualquer caso, eventuais despesas com transportes e estadias.

15.8. O candidato matriculado no Curso de Formação de Guarda Civil receberá durante o período do curso de formação remuneração estipulada no quadro do item 1 do presente Edital, atualizada conforme disposições legais concernentes, não fazendo jus à gratificação do RET (Regime Especial de Trabalho).

15.9. O estágio probatório corresponderá ao período de 03 (três) anos de efetivo exercício, contados da data do início do exercício no cargo inicial da carreira, qual seja, Aluno Guarda, no qual será avaliada a capacidade e a aptidão profissional do Guarda Civil Municipal.

15.10. Ao Aluno Guarda no exercício de suas funções, compete:

I - Frequentar com assiduidade, pontualidade e com aproveitamento adequado, os cursos, estágios e programas de treinamento, dentro e fora da sede;

II - Apresentar-se sempre com os cabelos cortados, barba raspada e bigodes aparados, uniforme e vestes decentes e asseadas que lhe for determinado;

III - Conservar-se respeitoso e disciplinado na presença de seus superiores;

IV - Portar-se com urbanidade e polidez na presença do público.

V - Para aprovação na Escola de Formação da Guarda Civil Municipal, o GCM Aluno deverá participar das atividades a serem desenvolvidas durante o curso comparecendo, no mínimo, a 80% (oitenta por cento) nas aulas de cada disciplina ministrada e atingir, no mínimo, a nota 05 (cinco) nas disciplinas ministradas;

VI - Atender às demais disposições previstas no Estatuto da Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ.

15.11. O Aluno Guarda terá sua admissão cancelada e será exonerado do serviço público municipal, se durante o curso:

I - Faltar ou atrasar injustificadamente, às aulas ou instruções práticas ou teóricas no curso de formação;

II - Não obtiver o aproveitamento mínimo exigido no curso de formação;

III - Não tenha conduta irrepreensível;

IV - Demonstrar comportamento refratário à disciplina e hierarquia;

V - Não usar os uniformes determinados, salvo por motivo justo e comprovado.

VI - Deixar de cumprir as determinações previstas na legislação ou no respectivo edital de concurso público;

15.12. Será considerado **APTO** no **Curso de Formação de Guarda Civil Municipal** o candidato que obtiver **pontuação final mínima de 05 (cinco) pontos (equivalente a média aritmética das notas obtidas em cada matéria do curso de formação)**.

15.13. Será considerado **DECLASSIFICADO** no **Curso de Formação de Guarda Civil Municipal**:

a) o candidato que deixar de cumprir qualquer dos requisitos do **item 15.10** deste edital;

b) o candidato que tiver sua matrícula cancelada, na forma do item **15.11**;

c) o candidato que não obtiver aproveitamento equivalente a **pontuação final mínima de 05 (cinco) pontos (equivalente a média aritmética das notas obtidas em cada matéria do curso de formação)**.

15.14. Não caberá recurso ao aluno desligado do Curso de Formação de Guarda Civil por desistência ou por descumprimento dos requisitos estatutários.



15.15. O Edital de CLASSIFICAÇÃO no Curso Específico de Formação será divulgado nos sites www.publiconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br e publicado de forma resumida no Jornal Oficial do Município de Porto Feliz (<https://www.gazetasp.com.br/>).

15.16. Após a conclusão com aproveitamento do curso de formação, treinamento e estágio, o Aluno Guarda será automaticamente promovido à Guarda Civil Municipal de 3ª Classe, em formatura específica com juramento profissional, desde que no período de formação tenha demonstrado aptidão moral e profissional para o exercício da função.

16. DO PROVIMENTO DOS CARGOS

16.1. Os **candidatos classificados em todas as fases do concurso** serão convocados a critério da Administração, conforme a quantidade de vagas existentes e as necessidades de serviço da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, respeitando-se o limite das vagas destinadas aos candidatos portador de deficiência, afrodescendentes ou indígenas, na forma dos **Itens 3 e 4** deste Edital.

16.2 A convocação oficial do candidato ocorrerá através de notificação pessoal por telefone, e-mail, correspondência com aviso de recebimento, ou, caso não se localize o candidato através dos meios precedentes, por meio de edital publicado no órgão de imprensa oficial do Município de Porto Feliz (<https://www.gazetasp.com.br/>), e terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para se apresentar, sendo obrigação do candidato classificado acompanhar as publicações durante a validade do concurso público, não lhe cabendo qualquer reclamação posterior caso não atenda à convocação no prazo determinado. A prefeitura não se responsabiliza pelo não recebimento do correio eletrônico em virtude de bloqueios de antivírus, firewall, spam ou outros problemas relacionados a configurações de computadores ou ao funcionamento da internet. É obrigação do candidato classificado manter atualizados seus dados cadastrais junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de PORTO FELIZ durante a validade do concurso público, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da referida atualização.

16.3. Na data e local designado, o candidato deverá apresentar-se munido dos documentos originais e respectivas cópias, exigidos no **Edital de Convocação**, os quais deverão ser comprobatórios do atendimento e manutenção dos requisitos previstos neste Edital e de outros eventualmente impostos por legislação complementar atinente ao provimento do cargo, como condição para a posse no cargo. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem a apresentação apenas das suas fotocópias, mesmo autenticadas.

16.4. Poderá ser efetuada convocação ou comunicações complementares através de e-mail, telefone, correio, publicação no site da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ ou outro meio, de caráter não oficial, prevalecendo sempre a convocação oficial efetuada na forma do **item 16.2**. É obrigação do candidato classificado manter atualizados seus dados cadastrais junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ** durante a validade do concurso público, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da referida atualização.

16.5. O não comparecimento do candidato no prazo previsto e sem que haja a sua manifestação por escrito ou a falta de apresentação dos documentos solicitados implicarão na impossibilidade de nomeação do candidato classificado no presente concurso público, convocando-se o próximo candidato classificado.

16.6. Somente será investido no cargo o candidato que for julgado apto física e mentalmente para o seu exercício, após submeter-se inspeção médica oficial, de caráter eliminatório, a serem realizados por ocasião da nomeação por médico designado pela Administração.

16.7. O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das atividades inerentes ao cargo público será desclassificado.

16.8. A inexatidão das informações e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da nomeação, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

16.9. A nomeação do candidato ocorrerá por ato do Prefeito Municipal de PORTO FELIZ, publicado no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

17.1. A inscrição do candidato implica na aceitação de todas as disposições estabelecidas neste Edital e da legislação vigente, não podendo alegar desconhecimento de qualquer natureza. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este **Concurso Público**.



17.2. Todos os horários referenciados neste Edital terão por base o horário oficial de Brasília/DF.

17.3. Qualquer regra prevista neste Edital poderá ser alterada antes da realização das provas, mediante a divulgação de Edital de Retificação e respectiva consolidação, nos sites www.publiconsult.com.br e www.portofeliz.sp.gov.br.

17.4. Além da divulgação através dos meios especificados no item anterior, serão publicados no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>):

- a) O Edital de Abertura de Inscrições de forma resumida;
- b) Eventuais retificações no Edital de Abertura de Inscrições que impliquem em alteração nas condições de inscrição, preparação, aplicação ou participação nas provas por parte dos candidatos, as quais serão divulgadas através de Edital de Retificação;
- c) Os editais resumidos de convocação dos candidatos para as diversas fases do concurso público;
- d) Os editais resumidos de classificação, ao final de cada fase;
- e) A homologação do concurso público por parte da autoridade competente.

17.5. A execução dos serviços técnicos referentes a este concurso público, incluindo a elaboração e aplicação da Prova Objetiva, o atendimento dos respectivos recursos administrativos e a elaboração dos editais referentes a todas as fases do Concurso Público, ficará sob a responsabilidade da empresa **Publiconsult ACP EPP** (site www.publiconsult.com.br, fone (15) 3219-3700), devidamente contratada para tal fim.

17.6. A aplicação do Teste de Aptidão Física, da Pesquisa Social, da Inspeção Médica Oficial e Aferição Biométrica e do Curso Específico de Formação (incluindo a análise da documentação de habilitação para participação no referido curso) será de responsabilidade da **Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**.

17.7. Os casos omissos serão dirimidos pela **Comissão Organizadora do Concurso Público**, *ad referendum*, do **Prefeito Municipal de PORTO FELIZ**.

17.8. A versão integral do presente do **EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES** estará disponível para consulta no site www.publiconsult.com.br, sendo ainda publicado de forma resumida no **Jornal Oficial do Município de Porto Feliz** (<https://www.gazetasp.com.br/>).

PORTO FELIZ, 29 de SETEMBRO de 2023.

ANTONIO CASSIO HABICE PRADO
Prefeito Municipal



ANEXO I – COMPETÊNCIAS GERAIS E ESPECÍFICAS

(LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 179/2016 – ESTATUTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PORTO FELIZ ART. 3º)

- Art. 3º - São competências específicas da guarda civil municipal, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:
- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
 - II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
 - III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
 - IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;
 - V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
 - VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito Estadual ou Federal se for necessário;
 - VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
 - VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
 - IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
 - X - estabelecer parcerias com os órgãos Estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
 - XI - articular-se com os órgãos Municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
 - XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
 - XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
 - XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
 - XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
 - XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
 - XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários;
 - XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local;



ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

→ LÍNGUA PORTUGUESA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS:

Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, injunção etc. **Gramática e Ortografia:** Novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoepia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas. Abreviatura, siglas e símbolos. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição etc. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos. Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas etc. Sinais de Pontuação: vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe de colocação. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

Livros, Compêndios e Publicações Institucionais:

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38ª ed. Nova Fronteira, 2015.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 56ª ed. Companhia Editora Nacional, 2007.
HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos. 1ª ed. Publifolha, 2011.
ROCHA LIMA. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 53ª ed. José Olympio, 2017.
SENADO FEDERAL. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. SEP/CET, 2014
(<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/508145>).

Websites e Portais:

Brasil Escola (<https://brasilecola.uol.com.br/portugues>).
Conjugação (<https://www.conjugacao.com.br/>).
Dicionário de Antônimos Online (<https://www.antonimos.com.br/>).
Dicionário de Sinônimos Online (<https://www.sinonimos.com.br/>).
Gramaticando (<http://www.blogdogramaticando.com/>).
Info Escola (<https://www.infoescola.com/>).
Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (<http://michaelis.uol.com.br>).
Portal da Língua Portuguesa (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/main.html>).
Português - R7 (<https://www.portugues.com.br/>).
Português - UOL (<https://portugues.uol.com.br/>).
Sílabas.com.br (<https://www.silabas.com.br/>).
Só Português (<https://www.soportugues.com.br/>).
Toda Matéria (<https://www.todamateria.com.br/>).

→ MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO:

Matemática Geral: Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Razão, proporção e progressões. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Equação do 1.º grau. Média, mediana e moda. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Coleta, organização e apresentação de dados. Análise combinatória: contagem, fatorial, permutações, arranjo, combinação. Probabilidade. Geometria plana: ponto, reta, posição relativa entre duas retas, distância entre ponto e reta; inequações do 1º grau; área de triângulos. **Raciocínio lógico:** Reconhecimento de sequências e padrões. Compreensão de estruturas lógicas. Dedução. Conclusão. Princípios de contagem e probabilidade. Verificação da verdade dos argumentos.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

Livros, Compêndios e Publicações Institucionais:

GIOVANNI, José Ruy; GIOVANNI JR, José Ruy. Matemática Completa. 1ª ed. FTD, 2001.
GYURICSA, Gyorgy Laszlo. Lógica de Argumentação. 1ª ed. Yalis Editora, 2006.
IEZZI, Gelson *et al.* Matemática - Volume Único - Ensino Médio. 1ª ed. Atual, 2011.
MORGADO, Augusto C, CESAR, Benjamim. Raciocínio Lógico-Quantitativo. 4ª ed. Campus Elsevier, 2010.

Websites e Portais:

Brasil Escola – Matemática (<https://brasilecola.uol.com.br/matematica>)
Info Escola – Matemática (<https://www.infoescola.com/matematica/>)
Só Matemática (www.somatematica.com.br)
Toda Matéria – Matemática (<https://www.todamateria.com.br/matematica/>).



→ CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES;

Questões de conhecimentos gerais relacionadas à Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo) e eventos contemporâneos divulgados na mídia local, nacional e internacional. História e dados do município de PORTO FELIZ.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

Livros, Jornais e Revistas:

Almanaque Abril – 2013. Carta Capital. Época. Estadão. Exame. Folha de São Paulo. O Globo. Isto É. Veja. Outros jornais e revistas de notícias e atualidades.

Websites e Portais:

Agência Brasil (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>).

Band (<https://www.band.uol.com.br/>)

BOL (<https://www.bol.uol.com.br/>)

El País - Brasil (<https://brasil.elpais.com/>)

Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br/>)

CNN Brasil (<https://www.cnnbrasil.com.br/>)

Correio Brasiliense (<https://www.correiobrasiliense.com.br/>)

Época (<https://epoca.globo.com/>)

Estadão (<https://www.estadao.com.br/>)

Exame (<https://exame.abril.com.br/>), Folha (<https://www.folha.uol.com.br/>)

Globo G1 (<https://g1.globo.com/>)

Guia do Estudante Abril – Atualidades (<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/>)

GZH (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/>)

IG (<https://www.ig.com.br/#home>)

JP News (<https://jovempan.com.br/>)

O Globo (<https://oglobo.globo.com/>)

R7 - Notícias (<https://noticias.r7.com/>)

Terra - Notícias (<https://www.terra.com.br/noticias/>)

UOL - Notícias (<https://noticias.uol.com.br/>)

Veja (<https://veja.abril.com.br/>)

Yahoo - Notícias (<https://br.noticias.yahoo.com/>)

Site da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ (www.portofeliz.sp.gov.br – Cidade)

Outros websites e portais de notícias e atualidades

→ NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

Conceitos Básicos de Informática: hardware, software, periféricos, sistema operacional, navegadores, aplicativos. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação na Internet, links, sites, busca e impressão de páginas etc. Segurança na Internet. Microsoft Windows: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos etc. Microsoft Office. Microsoft Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto etc. Microsoft Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados etc. Microsoft Outlook: adicionar conta de e-mail, criar mensagem de e-mail, encaminhar e responder e-mails, adicionar, abrir ou salvar anexos, adicionar assinatura de e-mail à mensagem, imprimir uma mensagem de e-mail etc. Microsoft Power Point: criação e formatação de apresentações, recursos, ferramentas, comandos etc.

Bibliografia referencial e sites para estudo do conteúdo:

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Cartilha de Segurança na Internet (<http://cartilha.cert.br>).

MICROSOFT. Tarefas básicas no Outlook - versão 2016 em diante (<https://support.office.com/pt-br/article/tarefas-b%C3%A1sicas-no-outlook-192eb102-2ee2-4049-b7f5-aa0eb4231fbb>).

MICROSOFT. Atalhos de teclados no Outlook – versão 2016 em diante (https://support.office.com/pt-br/article/atalhos-do-teclado-para-o-outlook-3cdeb221-7ae5-4c1d-8c1d-9e63216c1efd#bkmk_search).

MICROSOFT. Tarefas básicas no Word – versão 2016 em diante (<https://support.office.com/pt-br/article/tarefas-b%C3%A1sicas-no-word-87b3243c-b0bf-4a29-82aa-09a681999fdc>).

MICROSOFT. Atalhos de teclados no Word – versão 2016 em diante (<https://support.office.com/pt-pt/article/atalhos-de-teclado-do-microsoft-word-no-windows-95ef89dd-7142-4b50-afb2-f762f663ceb2>).

MICROSOFT. Tarefas básicas no Excel – versão 2016 em diante (<https://support.office.com/pt-br/article/tarefas-b%C3%A1sicas-no-excel-dc775dd1-fa52-430f-9c3c-d998d1735fca>).



MICROSOFT. Atalhos de teclado no Excel – versão 2016 em diante (https://support.office.com/pt-br/article/atalhos-de-teclado-no-excel-para-windows-1798d9d5-842a-42b8-9c99-9b7213f0040f#PickTab=Newer_versions).

MICROSOFT. Tarefas básicas no PowerPoint – versão 2016 em diante (<https://support.microsoft.com/pt-br/office/tarefas-b%C3%A1sicas-para-criar-uma-apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-powerpoint-efbbc1cd-c5f1-4264-b48e-c8a7b0334e36>)

MICROSOFT. Atalhos de teclado no PowerPoint versão 2016 em diante (<https://support.microsoft.com/pt-br/office/usar-atalhos-de-teclado-para-criar-apresenta%C3%A7%C3%B5es-do-powerpoint-ebb3d20e-dcd4-444f-a38e-bb5c5ed180f4>)

MOLEIRO, Marcos A. Noções Básicas de Informática. Universidade do Paraná, 2011

(http://www.drh.uem.br/tde/Nocoas_Basicas_de_Informatica-TDE-Ver04.2011.pdf)

UFPA. Glossário de Informática (<http://www.aedmoodle.ufpa.br/mod/glossary/view.php?id=121627>).

VELLOSO, Fernando C. Informática – Conceitos básicos. Campus, 9ª ed. 2014.

→ CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Conteúdo programático, normativo e bibliografia referencial:

BRASIL. Constituição Federal: Dos direitos e deveres individuais e coletivos - art. 5º; Da Administração Pública – art. 37 -41. Da Segurança Pública - art. 144 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848/1940 e atualizações. Código Penal: Dos crimes contra a vida - arts. 121 a 128; Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio - art. 150; Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral - arts. 312 a 337 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm).

BRASIL. Decreto nº 9.847/2019 e suas alterações – Regulamenta a Lei Federal nº 10.826/2003 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm).

BRASIL. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações Estatuto da Criança e do Adolescente: Dos crimes em espécie - arts. 228 a 244-B (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).

BRASIL. nº 9.503/1997 e suas alterações - Código de Trânsito Brasileiro: Das normas gerais de circulação e conduta – arts. 26 a 67 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm).

BRASIL. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações - Estatuto do Idoso: Disposições preliminares: art. 1º ao 7º; Dos crimes em espécie: art. 96 a 108 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm).

BRASIL. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm).

BRASIL. Lei Federal nº 11.340/2006 e suas alterações - Lei Maria da Penha: Disposições preliminares - arts. 1º ao 4º; Da violência doméstica e familiar contra a mulher - arts. 5º ao 7º; Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar - arts. 8 a 12 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

BRASIL. Lei nº 13.022/2014 e suas alterações - Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm).

BRASIL. MJSP/SNSP. Livro Azul das Guardas Municipais: Princípios Doutrinários da Segurança Pública Municipal: Fundamentos básicos de gestão; Plano de Capacidades, Aquisições e Capacitações; Procedimentos Operacionais Padrão (<https://www.guardasmunicipaisbrasil.com.br/20190905/2019/2019.12.01-Livro-Azul-Das-Guardas-Municipais.pdf>)

PORTO FELIZ. Lei Complementar Municipal nº 179/2016 (Dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal) [Lei Complementar 179 2016 de Porto Feliz SP \(leismunicipais.com.br\)](http://www.leismunicipais.com.br)

FIOCRUZ, Manual de Primeiros Socorros do Ministério da Saúde 2003 (http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/fi000007.pdf).

MTE. NR 23 – Proteção contra incêndios (<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/nr/nr23.htm>).



ANEXO III – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

À Publicconsult ACP EPP – Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ

Nome:

RG:

CPF:

Cargo Pretendido:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Venho pelo presente requerer: (marcar com um “X” apenas o campo adequado à sua situação)

() **No caso de candidato inscrito Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico:**

a) original e cópia do RG e CPF;

b) comprovante de residência no município de Porto Feliz (original e cópia da conta de água, luz, telefone ou IPTU em nome do candidato); no caso de comprovante de endereço em nome dos pais ou dos filhos, além do original e cópia do comprovante de residência, deverá apresentar original e cópia da certidão de nascimento; no caso de comprovante de endereço em nome do cônjuge, apresentar original e cópia da certidão de casamento; no caso de comprovante de endereço em nome de irmão, apresentar original e cópia da certidão de nascimento de ambos; se o candidato residir com outra pessoa que não as anteriormente indicadas e o comprovante de residência estiver em nome de outra pessoa, o candidato deverá apresentar junto com o original e cópia do comprovante de residência uma declaração com firma reconhecida em cartório, do candidato e do portador do comprovante de residência, atestando sua residência.

c) original e cópia da carteira de cadastramento no CadÚnico, com identificação do Número de Identificação Social – NIS

d) declaração fornecida pelo órgão gestor municipal do CadÚnico que o cadastro da família está atualizado há menos de 24 meses e que a renda per capita declarada e constante no CadÚnico é igual ou menor do que meio salário-mínimo per capita.

e) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

() **No caso de candidatos transplantados e doadores de rins:**

a) original e cópia do RG e CPF;

b) Comprovação do transplante ou da doação através da apresentação de atestado ou de laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, devidamente autenticado, que comprove que o candidato efetuou o referido transplante ou doação há não mais que 06 (seis) anos.

c) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

() **No caso de candidato cadastrado no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea:**

a) cópia do RG e CPF;

b) comprovação da doação de medula óssea através de atestado ou laudo médico, contendo declaração subscrita por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina, realizada há não mais que 12 meses.

c) declaração assinada, nos moldes do **ANEXO III – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição**, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na legislação em vigor.

DECLARO que tenho conhecimento do **Edital de Abertura das Inscrições do Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, e em especial que deverei, além de apresentar este requerimento, efetuar a minha inscrição para o referido Concurso Público no site www.publicconsult.com.br.

DECLARO ter ciência de que a isenção pleiteada dependerá da análise dos documentos anexados ao presente requerimento para comprovar minha situação de enquadramento em face das disposições legais.

DECLARO que as informações por mim prestadas para a obtenção do benefício de isenção do pagamento de taxa de inscrição no referido Concurso Público são verdadeiras.

DECLARO, por fim, estar ciente dos termos da **Lei Municipal nº 5.599/18, 5.663/19 e 5.795/21**, em especial de que serei eliminado do Concurso Público caso tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer meio que evidencie má fé, a isenção da taxa de inscrição, o que importará a anulação da inscrição e dos demais atos por mim praticados no âmbito do referido concurso público, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, mesmo que tal seja posteriormente comprovado.

PORTO FELIZ, ____ de _____ de 2023.

Assinatura:



ANEXO IV – TERMO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

À Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ

Nome:

Nº de Inscrição:

Documento de identidade:

Cargo:

Endereço completo com
CEP, fone e e-mail:

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Marcar com um X o quadro que especifica a situação étnico-racial do candidato)

- AFRODESCENDENTE
 INDÍGENA

DECLARO, para o fim específico de atender ao **item 3.2 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, que estou enquadrado na situação étnico-racial supra assinalada.

DECLARO ter ciência do inteiro teor do Edital de Abertura das Inscrições do **Concurso Público nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ**, e em especial que além de encaminhar este termo dentro do prazo nele especificado, deverei efetuar a minha inscrição para o referido **concurso público** no site www.publicconsult.com.br, na forma do **item 2.2** do Edital.

DECLARO ter ciência de que se for constatado que declarei falsamente a minha situação étnico-racial, serei excluído do **concurso público**, se confirmada tal ocorrência em qualquer fase do **concurso público**; e se houver sido nomeado, ficarei sujeito à anulação da nomeação, com a instauração do devido processo administrativo e legal, nas esferas Administrativa, Civil e Criminal.

Local e Data:

Assinatura:



ANEXO V – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PARTICIPAÇÃO NO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

ATESTADO MÉDICO

Atesto, sob as penas da lei, que:

Nome do Candidato: _____

RG nº _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Encontra-se apto(a) a realizar esforços físicos, podendo participar do **Teste de Aptidão Física** para o cargo de **Aluno Guarda**, considerando-se as provas físicas dele constantes e observados os parâmetros a serem alcançados, na forma dos **itens 9.6 e 9.7 do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público Nº 004/2023 da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ.**

_____, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura do Médico sobre carimbo constando o registro no CRM)

*(OBS.: deverá ser emitido com no máximo de **30 dias** de antecedência da realização do Teste de Aptidão Física)*



ANEXO VI – PERFIL PSICOLÓGICO

→ CARACTERÍSTICAS/DIMENSÕES x RESULTADO MÍNIMO RECOMENDADO:

- 1) ADAPTAÇÃO – ADEQUADA
- 2) CONTROLE E CANALIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRESSIVIDADE – ADEQUADO
- 3) ATENÇÃO – BOA
- 4) AUTOCRÍTICA – ADEQUADA
- 5) CAPACIDADE DE MEDIAR CONFLITOS – BOA
- 6) CAPACIDADE DE MEMÓRIA – BOA
- 7) CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO – ADEQUADA
- 8) COMUNICAÇÃO – ADEQUADA
- 9) CONTROLE EMOCIONAL – BOM
- 10) DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO – ADEQUADA
- 11) EMPATIA – ADEQUADA
- 12) FLEXIBILIDADE – ADEQUADA
- 13) IMPULSIVIDADE – DIMINUIDA
- 14) INTELIGÊNCIA GERAL - ADEQUADA
- 15) RELACIONAMENTO INTERPESSOAL – BOM
- 16) CAPACIDADE PARA TOMAR DE DECISÕES – ADEQUADA
- 17) RESPONSABILIDADE E COMPROMETIMENTO – ADEQUADOS
- 18) SINAIS FÓBICO E DISRÍTMICO – DIMINUÍDOS
- 19) CAPACIDADE DE LIDERANÇA – ADEQUADA

→ PARÂMETROS:

BOM/BOA – Acima dos níveis medianos.
ADEQUADO – Dentro dos níveis medianos.
DIMINUIDO – Abaixo dos níveis medianos

→ DEFINIÇÕES:

1) ADAPTAÇÃO

Capacidade de adaptar-se às novas situações, buscando novos conhecimentos de maneira contínua para interagir de forma adequada às diferentes exigências das mudanças em curso, que possam trazer soluções e inovações para o ambiente de trabalho.

2) CONTROLE E CANALIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRESSIVIDADE

Capacidade de controlar adequadamente os impulsos agressivos, assim como das emoções, reagindo aos estímulos de forma produtiva e utilizando de seu potencial intelectual para adaptar-se rapidamente às situações inesperadas.

3) ATENÇÃO

Trata-se da capacidade e do esforço realizado para focalizar, selecionar, dividir e alternar, processando estímulos específicos do meio ambiente em detrimento de outros. Desta forma, o indivíduo torna-se capaz de utilizar seus recursos cognitivos para emitir respostas rápidas e adequadas diante de estímulos que julgue importantes.

4) AUTOCRÍTICA

Aborda a capacidade interna do indivíduo de realizar uma crítica de si mesmo. Implica na análise de seus atos, da sua maneira de agir, dos erros cometidos e das possibilidades de realizar uma autocorreção. O autoconhecimento é fundamental, pois implica ter ciência de seus aspectos Positivos e negativos, valorizar as suas potencialidades e a partir daí corrigir os rumos de sua vida.

5) CAPACIDADE DE MEDIAR CONFLITOS

Capacidade para mediar eventuais conflitos no desenvolvimento das atividades prestadas, agir de forma justa e ponderada, respeitando os sentimentos e a vida do próximo, bem como a comunidade envolvida e a hierarquia, demonstrando eficiência e eficácia em sua atuação.

6) CAPACIDADE DE MEMÓRIA

Refere-se à capacidade de adquirir, armazenar e evocar informação de fatos e de dados levados ao nosso conhecimento através dos sentidos e de processos internos, como associação de dados, dedução e criação de ideias. Portanto, possibilita a formação da base de nosso sentimento de identidade, orienta nossos pensamentos e nossas decisões, influencia nossas reações emocionais e nos permite aprender.

7) CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Adotar atitudes que demonstram planejamento e organização e define prioridades, sendo capaz de inovar e concretizar de acordo com a sua importância no enquadramento profissional, considerando a visão sistêmica, ou seja, de maneira fragmentada e global.

8) COMUNICAÇÃO

Capacidade para manipular os termos linguísticos na expressão do pensamento com facilidade, por meio de verbalização clara, demonstrando habilidade de expressar ideias com lógica e objetividade, sendo eficiente e eficaz.



9) CONTROLE EMOCIONAL

Trata-se da capacidade de discriminar estados internos e de administrar a influência que estes têm sobre o pensamento, comportamento e atitudes, possibilitando uma resposta assertiva em relação às exigências do ambiente.

10) DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO

Capacidade de lidar de maneira produtiva, com tarefas sob sua responsabilidade, participando de maneira construtiva e suportando uma longa exposição a agentes estressores, sem permitir que causem danos importantes ao organismo, mantendo um bom nível de energia interna durante toda a jornada de trabalho com resistência e adoção de mecanismos de otimização do trabalho, buscando excelência nas tarefas que realiza.

11) EMPATIA

Refere-se à habilidade de colocar-se no lugar do outro, percebendo seus sentimentos e agindo de acordo com essa percepção. Trata-se de uma competência fundamental para o convívio social, pois denota o nível de maturidade das pessoas.

12) FLEXIBILIDADE

Relaciona-se a capacidade de mobilidade na conduta para compreender a realidade que o cerca, produzindo ações e soluções eficientes.

13) IMPULSIVIDADE

Predomínio do controle das emoções, reagindo aos estímulos de forma equilibrada e utilizando de seu potencial intelectual para responder de maneira assertiva às situações inesperadas.

14) INTELIGÊNCIA GERAL

Grau de inteligência geral adequado, ou seja, receptividade para incorporar novos conhecimentos, reestruturar conceitos já estabelecidos e associados aos mesmos, a fim de conduzir adequadamente seu comportamento.

15) RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Capacidade para estabelecer um bom nível de relacionamento interpessoal de forma a manter-se acessível ao diálogo para análise das situações, demonstrando segurança e confiança no atendimento das necessidades do ambiente profissional. Faz-se necessário, ainda, manter um relacionamento respeitoso, observando as formalidades e firmeza. Assim, espera-se que o candidato apresente um relacionamento interpessoal colaborativo com a equipe de trabalho frente às diferentes situações.

16) CAPACIDADE PARA TOMADA DE DECISÕES

Trata-se do processo de escolha de uma opção dentre várias outras. Refere-se a um processo cognitivo que envolve análises emocionais e racionais, considerando os riscos e suas implicações. Nesse sentido, espera-se que o candidato ao tomar uma decisão, analise distintos aspectos de cada escolha em relação aos possíveis resultados, assumindo compromisso na realização das escolhas no processo de desenvolvimento das atribuições, apoiando órgãos de entidades públicas, tais como órgão de defesa civil e entidades não governamentais com vistas à qualidade nos trabalhos.

17) RESPONSABILIDADE E COMPROMETIMENTO

É a capacidade de assumir compromissos diante do que lhe foi proposto e de suas atribuições, de maneira a responder pelos resultados. Se envolver e contribuir, com relação aos objetivos preconizados pela **Guarda Civil Municipal de PORTO FELIZ**.

18) SINAIS FÓBICOS E DISRÍTMICOS

A presença de sinais fóbicos e disrítimos representa um risco potencial à integridade pessoal e de outrem, uma vez que o medo irracional e evidências de sinais disrítimos com dificuldades para manter o autocontrole, indica distanciamento do perfil em tela, pois para o desenvolvimento das atividades do cargo exigem pleno equilíbrio tensional.

19) CAPACIDADE DE LIDERANÇA

As atividades relativas ao cargo envolvem o trato com a equipe de trabalho e com a comunidade na qual o profissional está inserido. É esperado que tenha condições de exercer a liderança de forma assertiva, de acordo com a situação e o ambiente.

Obs.: Todos os exames laboratoriais e complementares deverão ser providenciados pelo próprio candidato, conforme previsto na Lei Municipal nº 239/2022.



ANEXO VII – EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

Exames Laboratoriais e complementares a serem apresentados pelo candidato ao exame admissional no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de PORTO FELIZ .

Obs.: Todos os exames laboratoriais e complementares deverão ser providenciados pelo próprio candidato, conforme previsto na Lei Municipal nº 239/2022.

Exames Laboratoriais e complementares:	Hemograma Glicemia de Jejum Raios-X de Tórax AP com laudo Raios-X de Coluna Lombo Sacro com laudo Acuidade Visual Exame Toxicológico com Laudo Exame Psicotécnico para porte de arma e psicológico com laudo, realizado por profissional credenciado junto a Polícia Federal
---	--